



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA**  
Súmulas, Orientações Jurisprudenciais e Precedentes  
Normativos dos Tribunais Superiores e do Tribunal  
Regional do Trabalho da 2ª Região

Organização e Atualização  
Serviço de Gestão Normativa e Jurisprudencial  
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

## **JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA**

Súmulas, Orientações Jurisprudenciais e Precedentes  
Normativos dos Tribunais Superiores e do Tribunal  
Regional do Trabalho da 2ª Região

**Primeira impressão: agosto de 2006**

**Edição atualizável** – Atualizações disponíveis no site do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região na Internet ([www.trt02.gov.br](http://www.trt02.gov.br))

**Organização, indexação e supervisão:**

Maria Inês Ebert Gatti

Leila Dantas Pereira

Serviço de Gestão Normativa e Jurisprudencial

**Editoração e atualização:**

Serviço de Gestão Normativa e Jurisprudencial

**Capa:**

Maria Alice Dias Monteiro

Silvio José Gabaldo

**Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região**

Serviço de Gestão Normativa e Jurisprudencial

Av. Marquês de São Vicente, 121 – 6º andar

01.139-001 – São Paulo – SP – Brasil

Fone: (11) 3150-2000 ou 3150-2300 – r. 2314

E-mail: [juris@trt02.gov.br](mailto:juris@trt02.gov.br)

Internet: [www.trt02.gov.br](http://www.trt02.gov.br)

## **JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA**

Súmulas, Orientações Jurisprudenciais e Precedentes  
Normativos dos Tribunais Superiores e do Tribunal  
Regional do Trabalho da 2ª Região

### **SUMÁRIO**

#### **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

- Índice alfabético-remissivo das Súmulas e Precedentes Normativos ..... Seção A
- Súmulas ..... Seção B
- Precedentes Normativos..... Seção C

#### **TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**

- Quadros sinóticos das Súmulas, Orientações Jurisprudenciais e Precedentes Normativos ..... Seção D
- Índice alfabético remissivo das Súmulas, Orientações Jurisprudenciais e Precedentes Normativos..... Seção E
- Súmulas ..... Seção F
- Orientações Jurisprudenciais do Tribunal Pleno..... Seção G
- Orientações Jurisprudenciais da Seção de Dissídios Coletivos..... Seção H
- Orientações Jurisprudenciais da Seção de Dissídios Individuais – Subseção I ..... Seção I
- Orientações Jurisprudenciais Transitórias da Seção de Dissídios Individuais – Subseção I..... Seção J
- Orientações Jurisprudenciais da Seção de Dissídios Individuais – Subseção II ..... Seção L
- Precedentes Normativos..... Seção M

#### **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

- Índice alfabético-remissivo - Súmulas Vinculantes..... Seção MA
- Súmulas Vinculantes..... Seção MB
- Índice alfabético-remissivo..... Seção N
- Súmulas ..... Seção O

#### **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

- Índice alfabético-remissivo..... Seção P
- Súmulas ..... Seção Q

### **ATENÇÃO**

**EDIÇÃO ATUALIZÁVEL. NÃO DESCARTE**

**ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO – 17 DE DEZEMBRO DE 2010**



**ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DO TRIBUNAL PLENO**

<b>OJ TP</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>TEMA</b>	<b>RES.</b>
1	SEM ALTERAÇÃO	Precatório	-
2	SEM ALTERAÇÃO	Precatório	-
3	SEM ALTERAÇÃO	Precatório	-
4	SEM ALTERAÇÃO	Mandado de segurança	-
5	NR * - conversão da OJ SDI-I 70	Rec. Ordinário. Cabimento	129/05
6	-	Precatório. Execução	-
7	-	Fazenda Pública. Juros	-
8	-	Precatório. Remessa necessária	-
9	-	Precatório. Pqno. valor	-
10	-	Precatório. M. Segurança	-
11	-	Recurso em mat. admin.	-
12	-	Precatório. Competência do Pres. TRT	-
13	-	Precatório. Sequestro de verbas públicas	-

## ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS

OJ SDC	SITUAÇÃO	TEMA	RES.
1	CANCELADA	Acordo coletivo. Descumprimento	-
2	SEM ALTERAÇÃO	Acordo homologado. Extensão	-
3	SEM ALTERAÇÃO	Arresto. Apreensão	-
4	CANCELADA	Titularidade de representação	-
5	SEM ALTERAÇÃO	Dissídio coletivo. Pessoa jurídica de direito público	-
6	CANCELADA	Dissídio coletivo. Assembleia de trabalhadores	-
7	SEM ALTERAÇÃO	Dissídio coletivo. Natureza jurídica	-
8	SEM ALTERAÇÃO	Dissídio coletivo. Pauta reivindicatória	-
9	SEM ALTERAÇÃO	Enquadramento sindical	-
10	SEM ALTERAÇÃO	Greve abusiva	-
11	SEM ALTERAÇÃO	Greve. Negociação prévia	-
12	CANCELADA	Greve. Qualificação jurídica	166/10
13	CANCELADA	Legitimação da entidade sindical. Quorum	-
14	CANCELADA	Sindicato. Base territorial	-
15	SEM ALTERAÇÃO	Sindicato. Legitimidade <i>ad processum</i>	-
16	SEM ALTERAÇÃO	Taxa de homologação de rescisão contratual	-
17	SEM ALTERAÇÃO	Contribuição sindical	-
18	SEM ALTERAÇÃO	Descontos salariais. Limitação	-
19	NR	Dissídio coletivo contra-empresa	-
20	NR	Empregados sindicalizados. Admissão	-
21	CANCELADA	Sindicato. Ilegitimidade <i>ad causam</i>	-
22	NR	Sindicato. Legitimidade <i>ad causam</i>	-
23	SEM ALTERAÇÃO	Representação sindical	-
24	CANCELADA	Negociação prévia	-
25	SEM ALTERAÇÃO	Salário normativo. Contrato de experiência	-
26	SEM ALTERAÇÃO	Salário normativo. Menor empregado	-
27	SEM ALTERAÇÃO	Custas. Deserção	-
28	SEM ALTERAÇÃO	AGT. Edital de convocação	-
29	SEM ALTERAÇÃO	Dissídio coletivo. Edital e ata da AGT	-
30	SEM ALTERAÇÃO	Estabilidade da gestante	-
31	SEM ALTERAÇÃO	Estabilidade do acidentado	-
32	SEM ALTERAÇÃO	Reivindicações da categoria. Forma clausulada	-
33	CANCELADA	Ministério Público. Legitimidade	137/05
34	SEM ALTERAÇÃO	Acordo extrajudicial. Homologação	-
35	SEM ALTERAÇÃO	Edital de convocação da AGT	-
36	SEM ALTERAÇÃO	Empregados de empresas de process. dados	-
37	CANCELADA	Empregados de entidades sindicais	-
38	SEM ALTERAÇÃO	Greve. Serviços essenciais	-

## ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS - SUBSEÇÃO I

OJ SDI-I	SITUAÇÃO	TEMA	RES.
1	CANCELADA - convertida na OJ SDI-II 110	Rescisória. Réu sindicato	-
2	CANCELADA	Insalubridade	148/08
3	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 33	Insalubridade	129/05
4	NR* - incorporação da OJ SDI I 170	Insalubridade	129/05
5	CANCELADA - convertida na Súmula 364	Periculosidade	129/05
6	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 60	Adicional noturno	129/05
7	NR*	Advogado	129/05
8	CANCELADA - convertida na Súmula 365	Alçada. Ação rescisória	129/05
9	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 303	Alçada. Remessa de ofício	129/05
10	CANCELADA - convertida na Súmula 365	Alçada. Mand. Segurança	129/05
11	CANCELADA – convertida na Súmula 356	Alçada. Salário mínimo	75/97
12	NR	Anistia. EC 26/85	129/05
13	NR	APPA. Dep. recursal/custas	-
14	NR	Aviso prévio	129/05
15	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 102	Bancário	129/05
16	NR	Banco do Brasil. ACP	129/05
17	SEM ALTERAÇÃO	Banco do Brasil. AP e ADI	
18	NR - incorporação da OJ SDI I 19, 20, 21, 136, 289	BB. Aposentadoria. Complem.	129/05
19	CANCELADA - incorporada à nova redação da OJ SDI-I 18	BB. Aposentadoria. Complem.	129/05
20	CANCELADA - incorporada à nova redação da OJ SDI-I 18	BB. Aposentadoria. Complem.	129/05
21	CANCELADA - incorporada à nova redação da OJ SDI-I 18	BB. Aposentadoria. Complem.	129/05
22	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 34	BRDE	129/05
23	CANCELADA - convertida na Súmula 366	Cartão de ponto	129/05
24	CANCELADA - convertida na Súmula 367	Salário-utilidade	129/05
25	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 339	CIPA. Suplente	129/05
26	NR	Competência da JT	129/05
27	CANCELADA – convertida na Súmula 355	CONAB. Estabilidade	72/97
28	NR	Correção monetária	129/05
29	CANCELADA - convertida na OJ SDI-II 148	Custas	129/05
30	CANCELADA - convertida na Súmula 352	Custas. Comprovação	69/97
31	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 86	Empresa em liquid. extrajudicial	129/05
32	CANCELADA - convertida na Súmula 368	Contribuições previd. e fiscais	129/05
33	SEM ALTERAÇÃO	Deserção. Custas	-
34	CANCELADA - convertida na Súmula 369	Dirigente sindical	129/05
35	CANCELADA - convertida na Súmula 369	Dirigente sindical	129/05
36	NR	Autenticação de documentos	129/05
37	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 296	Embargos. Art. 896 da CLT	129/05
38	NR	Reflorestamento. Rural	-
39	CANCELADA - convertida na Súmula 370	Engenheiro. Jornada	129/05
40	CANCELADA - convertida na Súmula 371	Estabilidade	129/05
41	SEM ALTERAÇÃO	Estabilidade	-

42	NR - incorporação da OJ SDI I 107, 254	FGTS. Multa de 40%	129/05
43	NR	Correção salarial (moeda)	129/05
44	SEM ALTERAÇÃO	Salário maternidade	-
45	CANCELADA - convertida na Súmula 372	Gratificação de função	129/05
46	CANCELADA - convertida na Súmula 373	Gratificação semestral	129/05
47	NR	Hora extra. Cálculo	148/08
48	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 199	Horas extras pré-contratadas	129/05
49	NR	Horas extras. Uso de BIP	129/05
50	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 90	Horas <i>in itinere</i>	129/05
51	NR	Legislação eleitoral	-
52	NR	Procuradores	129/05
53	CANCELADA - convertida na Súmula 370	Médico. Jornada de trabalho	129/05
54	NR	Multa. Cláusula penal	129/05
55	CANCELADA - convertida na Súmula 374	Categoria diferenciada	129/05
56	SEM ALTERAÇÃO	Caixa Econ. Est. SP. Gratif.	-
57	NR	PCCS	129/05
58	NR	IPC de jun/1987	129/05
59	NR	URP de fev/89	129/05
60	NR - incorporação da OJ SDI I 61	Portuários. Hora noturna	129/05
61	CANCELADA - incorporada à nova redação da OJ SDI-I 60	Portuários. Horas extras	129/05
62	NR	Prequestionamento	-
63	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 199	Prescrição. Horas extras	129/05
64	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 239	PROBAM. Bancário	129/05
65	NR	Professor. Concurso público.	129/05
66	CANCELADA - convertida na Súmula 351	Professor. Repouso	68/97
67	CANCELADA - convertida na Súmula 358	Radiologista	77/97
68	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 35	Reajuste salarial	129/05
69	CANCELADA - convertida na Súmula 375	Reajuste salarial	129/05
70	CANCELADA - convertida na OJ TP 5	Recurso ordinário. Cabimento	129/05
71	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 303	Remessa <i>ex officio</i>	129/05
72	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 303	Remessa <i>ex officio</i>	129/05
73	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 303	Remessa <i>ex officio</i>	129/05
74	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 122	Revelia. Reclamada ausente	129/05
75	NR	Substabelecimento	129/05
76	NR	Alteração contratual	129/05
77	CANCELADA - convertida na Súmula 357	Testemunha. Suspeição	76/97
78	CANCELADA - convertida na Súmula 360	Revezamento. Turnos	79/97
79	SEM ALTERAÇÃO	URP/88	-
80	CANCELADA - convertida na OJ SDI-II 110	Rescisória. Réu sindicato	-
81	CANCELADA - convertida na Súmula 394	Fato superveniente	129/05
82	SEM ALTERAÇÃO	Aviso prévio. Baixa na CTPS	-
83	SEM ALTERAÇÃO	Aviso prévio indenizado	-
84	SEM ALTERAÇÃO	Aviso prévio. Proporcional	-
85	CANCELADA - convertida na Súmula 363	Contrato nulo. Efeitos	97/00
86	CANCELADA - convertida na Súmula 369	Dirigente sindical	129/05
87	NR	APPA e MinasCaixa	-
88	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 244	Estabilidade gestante	129/05



89	CANCELADA - convertida na Súmula 376	Horas extras	129/05
90	CANCELADA	Agravo de Instrumento. Peças	129/05
91	SEM ALTERAÇÃO	Anistia	-
92	SEM ALTERAÇÃO	Municípios. Criação	-
93	CANCELADA - convertida ou incorporada à Súmula 146	Domingos e feriados	129/05
94	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 221	Embargos	129/05
95	SEM ALTERAÇÃO	Embargos para SDI	-
96	CANCELADA - convertida ou incorporada à Súmula 159	Férias. Salário substituição	129/05
97	SEM ALTERAÇÃO	Horas extras. Adc. noturno	-
98	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 36	Horas <i>in itinere</i> . Açominas	129/05
99	CANCELADA - convertida na Súmula 377	Preposto	129/05
100	NR	Reajuste Salarial. Ente público	129/05
101	CANCELADA - convertida ou incorporada à Súmula 28	Reintegração. Indenização	129/05
102	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 139	Insalubridade	129/05
103	NR	Insalubridade	129/05
104	NR	Custas	150/08
105	CANCELADA	Estabilidade provisória	129/05
106	CANCELADA - convertida na Súmula 396	Estabilidade provisória	129/05
107	CANCELADA - incorporada à nova redação da OJ SDI-I 42	FGTS. Multa de 40%	129/05
108	CANCELADA - convertida na Súmula 395	Procuração. Substabelecimento	129/05
109	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 37	MINASCAIXA	129/05
110	NR	Representação irregular	-
111	NR	Recurso de revista	129/05
112	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 159	Vacância do cargo	129/05
113	SEM ALTERAÇÃO	Adicional de transferência	-
114	CANCELADA - convertida na Súmula 379	Dirigente sindical. Falta grave	129/05
115	NR	Recurso de revista	129/05
116	CANCELADA - convertida na Súmula 396	Estabilidade provisória	129/05
117	CANCELADA - convertida na Súmula 376	Horas extras	129/05
118	SEM ALTERAÇÃO	Prequestionamento	-
119	NR	Prequestionamento	-
120	NR	Recurso. Assinatura	129/05
121	NR	Substituição processual	129/05
122	CANCELADA - convertida na Súmula 380	Aviso prévio	129/05
123	SEM ALTERAÇÃO	Bancário. Ajuda alimentação	-
124	CANCELADA - convertida na Súmula 381	Correção monetária	129/05
125	SEM ALTERAÇÃO	Desvio de função	-
126	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 239	Empresa de proces. de dados	129/05
127	SEM ALTERAÇÃO	Hora noturna reduzida	-
128	CANCELADA - convertida na Súmula 382	Regime jurídico. Mudança	129/05
129	SEM ALTERAÇÃO	Prescrição	-
130	NR	Prescrição. Ministério Público	129/05
131	CANCELADA - convertida na Súmula 367	Salário utilidade	129/05
132	SEM ALTERAÇÃO	Agravo regimental	-
133	SEM ALTERAÇÃO	Ajuda alimentação	-

134	SEM ALTERAÇÃO	Autenticação	-
135	CANCELADA - convertida na Súmula 371	Aviso prévio. Auxílio-doença	129/05
136	CANCELADA - incorporada à nova redação da OJ SDI-I 18	BB. Aposentadoria. Complem.	129/05
137	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 38	Banco Meridional. Dispensa	129/05
138	NR - incorporação da OJ SDI I 249	Competência da JT	129/05
139	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 128	Depósito recursal	129/05
140	NR	Depósito recursal e custas	129/05
141	CANCELADA - convertida na Súmula 368	INSS e IR. Competência da JT	129/05
142	NR	Embargos declaratórios	-
143	SEM ALTERAÇÃO	Liquidação extrajudicial	-
144	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 275	Enquad. funcional. Prescrição	129/05
145	CANCELADA - convertida na Súmula 369	Estabilidade. Dirigente sindical	129/05
146	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 39	FGTS. Opção retroativa	129/05
147	NR - incorporação da OJ SDI I 309	Recurso de revista	129/05
148	NR	Constitucionalidade de lei	129/05
149	CANCELADA - convertida na Súmula 383	Procuração	129/05
150	CANCELADA - convertida na Súmula 384	Multa convencional	129/05
151	SEM ALTERAÇÃO	Prequestionamento	-
152	NR	Revelia	129/05
153	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 57	Insalubridade. Iluminamento	129/05
154	CANCELADA	Doença profissional. INSS	158/09
155	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 40	Banrisul. Aposentadoria	129/05
156	SEM ALTERAÇÃO	Aposentadoria. Complem.	-
157	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 41	Fundação Clemente de Faria	129/05
158	SEM ALTERAÇÃO	Custas	-
159	SEM ALTERAÇÃO	Salário. Pagamento	-
160	SEM ALTERAÇÃO	Descontos salariais	-
161	CANCELADA - convertida na Súmula 385	Prazo recursal	129/05
162	NR	Multa. Art. 477 da CLT	129/05
163	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 51	Regulamento da empresa	129/05
164	NR	Oficial de justiça <i>ad hoc</i> . Vínculo	129/05
165	SEM ALTERAÇÃO	Perícia	-
166	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 42	Petrobrás. Pensão	129/05
167	CANCELADA - convertida na Súmula 386	Policia militar. Vínculo	129/05
168	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 43	SUDS. Gratificação	129/05
169	CANCELADA - convertida na Súmula 423	Revezamento. Turnos	139/06
170	CANCELADA - incorporada à OJ SDI-I 4	Insalubridade. Lixo urbano	129/05
171	SEM ALTERAÇÃO	Adicional de insalubridade	-
172	SEM ALTERAÇÃO	Insalubridade/periculosidade	-
173	SEM ALTERAÇÃO	Adicional de insalubridade	-
174	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 132	Periculosidade. Sobreaviso	129/05
175	NR - incorporação da OJ SDI-I 248	Comissões	-
176	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 44	Anistia. Lei nº 6.683/79	129/05
177	CANCELADA	Aposentadoria espontânea	-
178	NR	Bancário. Intervalo de 15 min.	129/05
179	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 77	BNDES. Arts. 224/226, CLT	-
180	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 45	Comissionista puro. Abono	129/05
181	SEM ALTERAÇÃO	Comissões	-
182	CANCELADA - incorporada à nova redação da	Compensação de jornada	129/05

	Súmula 85		
183	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 46	Banco Itaú. Aposentadoria	129/05
184	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 74	Confissão ficta	129/05
185	NR	APM. Respons. do Estado	129/05
186	SEM ALTERAÇÃO	Custas	-
187	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 47	13º salário. Antecipação	129/05
188	SEM ALTERAÇÃO	Decisão normativa	-
189	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 128	Depósito recursal	129/05
190	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 128	Depósito recursal	129/05
191	SEM ALTERAÇÃO	Dono da obra	-
192	SEM ALTERAÇÃO	Embargos declaratórios	-
193	CANCELADA - convertida ou incorporada à Súmula 6	Equiparação salarial	129/05
194	CANCELADA - convertida na Súmula 387	Fac-símile. Lei 9.800/99	129/05
195	NR	Férias indenizadas	129/05
196	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 244	Gestante. Contr. de experiência	129/05
197	CANCELADA - convertida ou incorporada à Súmula 253	Gratificação semestral	129/05
198	SEM ALTERAÇÃO	Honorários periciais	-
199	NR	Jogo do bicho	-
200	NR	Mandato tácito	129/05
201	CANCELADA - convertida na Súmula 388	Massa falida. Multa	129/05
202	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 48	Petromisa. Sucessão. Petrobrás	129/05
203	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 54	Planos econômicos	129/05
204	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 308	Prescrição	129/05
205	CANCELADA	Competência da JT	156/09
206	SEM ALTERAÇÃO	Professor. Horas extras	-
207	NR	PDV. Imposto de renda	129/05
208	SEM ALTERAÇÃO	Radiologista	-
209	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 262	Recesso forense. Prazos	129/05
210	CANCELADA - convertida na Súmula 389	Seguro-desemprego	129/05
211	CANCELADA - convertida na Súmula 389	Seguro-desemprego	129/05
212	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 49	SERPRO. Norma regulamentar	129/05
213	SEM ALTERAÇÃO	Telex. Operadores	-
214	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 58	URP de jun. e jul/88	129/05
215	SEM ALTERAÇÃO	Vale-transporte	-
216	NR	Vale-transporte	129/05
217	SEM ALTERAÇÃO	Agravo de instrumento	-
218	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 55	IPC/90. Servidores do GDF	129/05
219	SEM ALTERAÇÃO	Rec. revista ou embargos	-
220	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 85	Acordo de compensação	129/05
221	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 56	Anistia. Lei 8.878/94	129/05
222	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 102	Bancário. Advogado	129/05
223	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 85	Acordo de Compensação	129/05
224	NR	Aposentadoria. Complem.	129/05
225	NR	Contrato de concessão	129/05
226	NR	Célula de crédito rural	129/05

227	CANCELADA	Denúnciação da lide	-
228	CANCELADA - convertida na Súmula 368	Descontos legais	129/05
229	CANCELADA - convertida na Súmula 390	Estabilidade. Art. 41 da CF/88	129/05
230	CANCELADA - convertida na Súmula 378	Estabilidade acidentária	129/05
231	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 50	Férias	129/05
232	SEM ALTERAÇÃO	FGTS. Incidência	-
233	NR	Horas extras	129/05
234	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 338	Horas extras. FIP	129/05
235	NR	Horas extras	129/05
236	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 90	Horas <i>in itinere</i>	129/05
237	SEM ALTERAÇÃO	Min. Público do Trabalho	-
238	NR	Multa. Art. 477 da CLT	129/05
239	CANCELADA - convertida na Súmula 384	Multa convencional	129/05
240	CANCELADA - convertida na Súmula 391	Petroleiros. Horas extras	129/05
241	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 55	IPC/90 (GDF)	129/05
242	SEM ALTERAÇÃO	Prescrição. Horas extras	-
243	SEM ALTERAÇÃO	Prescrição. Planos econ.	-
244	SEM ALTERAÇÃO	Professor. Carga horária	-
245	SEM ALTERAÇÃO	Revelia. Atraso	-
246	CANCELADA - convertida na Súmula 367	Salário-utilidade. Veículo	129/05
247	ALTERADA	Servidor público celetista	143/07
248	CANCELADA - incorporada à OJ SDI-I 175	Comissões	-
249	CANCELADA - incorporada à OJ SDI-I 138	Regime Jurídico. Compet. JT	129/05
250	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 51	CEF. Aposentadoria. Compl.	129/05
251	SEM ALTERAÇÃO	Frentista. Descontos	-
252	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 6	Equiparação salarial	129/05
253	SEM ALTERAÇÃO	Estabilidade provisória	-
254	CANCELADA - incorporada à OJ SDI-I 42	FGTS. Multa de 40%	129/05
255	SEM ALTERAÇÃO	Mandato. Contrato social	-
256	SEM ALTERAÇÃO	Prequestionamento	-
257	SEM ALTERAÇÃO	Recurso. Fundamentação	-
258	CANCELADA - convertida na Súmula 364	Periculosidade	129/05
259	SEM ALTERAÇÃO	Adicional noturno	-
260	SEM ALTERAÇÃO	Sumaríssimo	-
261	SEM ALTERAÇÃO	Bancos. Sucessão	-
262	SEM ALTERAÇÃO	Coisa julgada. Planos econ.	-
263	CANCELADA	Contr. prazo determinado	-
264	SEM ALTERAÇÃO	Depósito recursal	-
265	CANCELADA - convertida na Súmula 390	Estabilidade. art. 41 da CF/88	129/05
266	CANCELADA - convertida na Súmula 369	Estab. Dirigente sindical	129/05
267	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 132	Horas extras. Periculosidade	129/05
268	SEM ALTERAÇÃO	Indenização adicional	-
269	SEM ALTERAÇÃO	Justiça gratuita	-
270	SEM ALTERAÇÃO	Demissão voluntária (PDV)	-
271	NR	Rurícola. Prescrição	-
272	SEM ALTERAÇÃO	Salário mínimo	-
273	SEM ALTERAÇÃO	Telemarketing	-
274	SEM ALTERAÇÃO	Revezamento. Turnos	-
275	SEM ALTERAÇÃO	Revezamento. Turnos	-
276	SEM ALTERAÇÃO	Aposentadoria. Complem.	-
277	SEM ALTERAÇÃO	Ação de cumprimento	-
278	SEM ALTERAÇÃO	Adicional de insalubridade	-

377	-	ED. Interrupção do prazo	-
378	-	Embargos. Não cabimento	-
379	-	Bancário. Equiparação	-
380	-	Intervalo intrajornada	-
381	-	Intervalo intrajornada. Rurícola	-
382	-	Juros de mora. Fazenda Pública	-
383	-	Terceirização	-
384	-	Trabalhador avulso	-
385	-	Adicional periculosidade	-
386	-	Férias	-
387	-	Honorários periciais. Justiça gratuita	-
388	-	Jornada 12x36	-
389	-	Multa art. 557 do CPC	-
390	-	Participação lucros	-
391	-	Portuários	-
392	-	Prescrição. Interrupção	-
393	-	Professor. Jornada especial	-
394	-	Repouso semanal remun.	-
395	-	Turno inint. revezamento	-
396	-	Turno inint. revezamento	-
397	-	Comissionista misto	-
398	-	Contr.previd. Acordo	-
399	-	Estabilidade provisória	-
400	-	IR. Juros de mora	-
401	-	Prescrição. Ação conden.	-
402	-	Portuário. Adic. de risco	-
403	-	Advogado empregado. Jornada	-
404	-	Dif. salarial. Prescrição	-
405	-	Sumaríssimo. Cabimento de Embargos	-
406	-	Adic. periculosidade.	-
407	-	Jornalista. Jornada	-
408	-	Liquidação extrajudicial.	-
409	-	Litigância de má-fé. Multa.	-
410	-	RSR. Concessão	-
411	-	Sucessão. Responsabilidade	-

## ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS TRANSITÓRIAS DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS - SUBSEÇÃO I

OJ SDI-I TRANS.	SITUAÇÃO	TEMA	RES.
1	NR*	FGTS. Multa de 40%	129/05
2	SEM ALTERAÇÃO	CSN. Licença remunerada	-
3	NR	Recurso de revista	129/05
4	NR	Min. Morro Velho. Insalubridade	129/05
5	NR	Servita. Bonificações	129/05
6	SEM ALTERAÇÃO	Adicional de produtividade	-
7	NR – incorporação da OJ SDI-I TRANS. 8	Banrisul. Aposentadoria	129/05
8	CANCELADA - incorporada à OJ SDI-I TRANS. 7	Banrisul. Aposentadoria	129/05
9	SEM ALTERAÇÃO	BNCC. Garantia de emprego	-
10	SEM ALTERAÇÃO	BNCC. Juros	-
11	SEM ALTERAÇÃO	Ceagesp. Aposentadoria	-
12	NR	CSN. Salário complessivo	129/05
13	SEM ALTERAÇÃO	CSN. Licença remunerada	
14	SEM ALTERAÇÃO	Defensoria pública	
15	SEM ALTERAÇÃO	Energipe. Particip. lucros	
16	SEM ALTERAÇÃO	Agravo de instrumento	
17	SEM ALTERAÇÃO	Agravo de instrumento	
18	SEM ALTERAÇÃO	Agravo de instrumento	
19	SEM ALTERAÇÃO	Agravo de instrumento	
20	SEM ALTERAÇÃO	Agravo de instrumento	
21	SEM ALTERAÇÃO	Agravo de instrumento	
22	CANCELADA	Autenticação	
23	SEM ALTERAÇÃO	Autenticação	
24	SEM ALTERAÇÃO	Abono. Aposentadoria	
25	SEM ALTERAÇÃO	Meridional. Aposentadoria	
26	SEM ALTERAÇÃO	Banerj. Plano Bresser	
27	SEM ALTERAÇÃO	Banrisul. Gratificação	
28	SEM ALTERAÇÃO	CDHU. Sucessão	
29	SEM ALTERAÇÃO	CEEE. Equiparação salarial	
30	SEM ALTERAÇÃO	Cisão parcial da empresa	
31	SEM ALTERAÇÃO	Planos econômicos	
32	SEM ALTERAÇÃO	Banco do Brasil. Aposent.	
33	Conversão da OJ SDI-I 3	Insalubridade	129/05
34	Conversão da OJ SDI-I 22	BRDE. Bancário	129/05
35	Conversão da OJ SDI-I 68	Reajuste salarial	129/05
36	Conversão da OJ SDI-I 98	Açominas. Horas in itinere	129/05
37	Conversão da OJ SDI-I 109	MinasCaixa. Legitimidade	129/05
38	Conversão da OJ SDI-I 137	Banco Meridional. Dispensa	129/05
39	Conversão da OJ SDI-I 146	FGTS. Opção	129/05
40	Conversão da OJ SDI-I 155	Banrisul. Aposentadoria	129/05
41	Conversão da OJ SDI-I 157	Fundação Clemente de Faria	129/05
42	Conversão da OJ SDI-I 166	Petrobrás. Estabilidade legal	129/05
43	Conversão da OJ SDI-I 168	SUDS. Gratificação	129/05
44	Conversão da OJ SDI-I 176	Anistia. Indenização	129/05
45	Conversão da OJ SDI-I 180	Comissionista	129/05
46	Conversão da OJ SDI-I 183	Banco Itaú. Aposentadoria	129/05
47	Conversão da OJ SDI-I 187	Gratificação natalina	129/05
48	Conversão da OJ SDI-I 202	Petromisa. Sucessão	129/05
49	Conversão da OJ SDI-I 212	Serpro. Reajuste salarial	129/05
50	Conversão da OJ SDI-I 231	Férias. Abono	129/05

51	Conversão da OJ SDI-I 250	CEF. Aposentadoria. Compl.	129/05
52	Conversão da OJ SDI-I 281	Agravo de instrumento	129/05
53	Conversão da OJ SDI-I 291	Custas. Emb. terceiro	129/05
54	Conversão da OJ SDI-I 203	IPC/90	129/05
55	Conversão das OJs SDI-I 218 e SDI-I 241	IPC/90	129/05
56	Conversão da OJ SDI-I 221	Anistia	129/05
57	Conversão da OJ SDI-I 153	Insalubridade	129/05
58	Conversão da OJ SDI-I 214	URP/88	129/05
59	-	Interbras. Sucessão	-
60	-	Adic. tempo de serviço. Base de cálculo	-
61	-	Auxílio cesta-alimentação	-
62	-	Compl. Aposent. Petrobras. Avanço de nível	-
63	-	Compl. Aposent. Petrobras. Integralidade	-
64	-	Petrobras. Gratificação	-
65	-	Repres. judicial da União	-
66	-	SPTTrans. Resp. subsid. Não configuração	-
67	-	Telemar. Privatização. PIRC	-
68	-	Banespa. Convenção coletiva. Reajuste salarial	-
69	-	Banco do Brasil. Complementação aposentadoria	-
70	-	CEF. Plano de cargos em comissão	-
71	-	ECT. Plano de cargos e salários	-
72	-	Petrobras. Domingos e feriados trabalhados	-
73	-	Volkswagen. Participação nos lucros	-
74	-	Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Custas	-
75	-	Parcela sexta parte	-
76	-	Estado de São Paulo. Aposentadoria. Complementação	-
77	Conversão da OJ SDI-I 179	BNDES. Arts. 224/226, CLT	-

## ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS - SUBSEÇÃO II

\*NR = Nova redação

OJ SDI-II	SITUAÇÃO	TEMA	RES.
1	CANCELADA - convertida na Súmula 405	Ação rescisória. Cabimento	137/05
2	MANTIDA	Adicional de insalubridade	148/08
3	CANCELADA - convertida na Súmula 405	Medida acautelatória	137/05
4	SEM ALTERAÇÃO	Banco do Brasil. ACP	-
5	SEM ALTERAÇÃO	Banco do Brasil. AP e ADI	-
6	NR*	CIPA. Suplente	137/05
7	NR	Criação de TRT. Compet.	137/05
8	NR	Banespa. Aposentadoria	137/05
9	SEM ALTERAÇÃO	CONAB. Garantia emprego	-
10	SEM ALTERAÇÃO	Contrato nulo	-
11	SEM ALTERAÇÃO	Correção monetária	-
12	NR - incorporação da OJ SDI II 17	Rescisória. Prazo decadencial	137/05
13	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 100	Rescisória. Decadência	137/05
14	CANCELADA	Rescisória. Decadência	-
15	CANCELADA	Rescisória. Decadência	-
16	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 100	Rescisória. Decadência	137/05
17	CANCELADA - incorporada à nova redação da OJ SDI II 12	Rescisória. Decadência	137/05
18	SEM ALTERAÇÃO	Rescisória. Decadência	-
19	SEM ALTERAÇÃO	Desligamento incentivado	-
20	CANCELADA - convertida na Súmula 402	Documento novo	137/05
21	NR	Rescisória. Cabimento	137/05
22	CANCELADA - convertida na Súmula 390	Estabilidade (art. 41, CF/88)	129/05
23	SEM ALTERAÇÃO	Estabilidade pré-eleitoral	-
24	SEM ALTERAÇÃO	Estabilidade provisória	-
25	NR - incorporação da OJ SDI II 118	Rescisória. Art. 485, V, CPC	137/05
26	SEM ALTERAÇÃO	Suframa. Gratificação	-
27	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 219	Honorários advocatícios	137/05
28	CANCELADA	Ação rescisória	149/08
29	CANCELADA - incorporada à redação da Súm. 83	Matéria constitucional	137/05
30	NR - incorporação da OJ SDI II 31	Multa do art. 412 do CC	137/05
31	CANCELADA - incorporada à nova redação da OJ SDI II 30	Multa do art. 920, CC, 1916	137/05
32	CANCELADA - convertida na Súmula 408	Petição inicial. Inépcia	137/05
33	CANCELADA - convertida na Súmula 408	Petição inicial.	137/05
34	SEM ALTERAÇÃO	Planos econômicos	-
35	SEM ALTERAÇÃO	Planos econômicos	-
36	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 298	Prequestionamento dispensável	137/05
37	CANCELADA - incorporada à redação da Súm. 83	Prescrição.	137/05
38	SEM ALTERAÇÃO	Professor adjunto	-
39	SEM ALTERAÇÃO	Reajuste salarial	-
40	CANCELADA - convertida na Súmula 375	Reajuste salarial	129/05
41	SEM ALTERAÇÃO	Sentença <i>citra petita</i>	-
42	CANCELADA - incorporada à redação da Súmula 192	Rescisória. Competência	137/05
43	CANCELADA - convertida na Súmula 411	Recurso ao TST. Cabimento	137/05



**ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO  
DAS SÚMULAS, ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS E PRECEDENTES NORMATIVOS  
DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**

As súmulas, orientações jurisprudenciais e precedentes normativos listados **em negrito** estão **em vigor**, os demais estão cancelados

- A**
- Abandono de emprego
    - Súm.: **32, 62, 73**
  - Abono
    - (em geral),
      - OJ SDI-I: 180, 231
      - OJ Trans. SDI-I: 24
    - Lei 8178/91,
      - OJ Trans. SDI-I: 45
    - natureza salarial
      - OJ SDI-I: **346**
    - pecuniário,
      - OJ SDI-II: **19**
      - Prec. Norm.: 2
  - Ação
    - anulatória,
      - OJ SDI-II: **129**
    - arquivamento,
      - Súm.: **9, 49, 268**
    - cautelar,
      - Súm.: **405, 414**
      - OJ SDI-I: 1, **63, 76, 113, 131, 141**
    - civil pública,
      - OJ SDI-II: 58, **130, 139**
    - de cobrança,
      - OJ SDI-II: 138
    - de cumprimento,
      - Súm.: 180, 224, **245, 286, 334, 350, 359, 397**
      - OJ SDC: 1
      - OJ SDI-I: **188, 277, 290**
      - OJ SDI-II: 49, 116
    - declaratória,
      - OJ SDI-I: **276**
  - Direta de Inconstitucionalidade (ADIn),
    - OJ SDI-II: **12**
  - plúrima,
    - OJ T. Pleno: **9**
    - Súm.: **36**
  - rescisória,
    - Súm.: **83, 99, 100, 107, 158, 169, 192, 194, 219, 259, 298, 299, 365, 397, 398, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411**
    - OJ SDC: 33
    - OJ SDI-I: 1, 8, 71, **80**
    - OJ SDI-II: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, **10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 48, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 94, 96, 97, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 116, 117, 119, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 145, 146, 147, 150, 151, 154, 155**
  - rescisória. Cabimento,
    - Súm.: **83, 144, 298, 399, 400, 412, 413**
    - OJ SDI-II: 44, 45, 46, 47, 85, 95, 118, 121
  - Acidente de trabalho,
    - Súm.: **46, 378**
    - OJ SDI-I: **41, 105**
    - Prec. Norm.: 30
  - Açominas,
    - OJ SDI-I: 98
    - OJ Trans. SDI-I: **36**
  - Acordo
    - (em geral),

- Súm.: **100, 403, 418**
- OJ SDI-II: 104, 111, 120, **132**
- coletivo,
  - Súm.: **85, 108, 202, 224, 286, 334, 349, 384**
  - OJ SDC: 1
  - OJ SDI-I: 239, 258, **276, 322**
  - OJ Trans. SDI-I: **4, 12, 26, 31**
  - OJ SDI-II: **25**
- de compensação de jornada,
  - Súm.: **85, 108, 349**
  - OJ SDI-I: 182, 220, 223, **323**
- em dissídio coletivo,
  - OJ SDC: **2**
- extrajudicial. Homologação,
  - OJ SDC: **34**
- para prorrogação de jornada,
  - Súm.: 215
- Adicional
  - AP e ADI ou AFR do Banco do Brasil,
    - OJ SDI-I: **17, 18, 21**
    - OJ SDI-II: **5**
  - de antiguidade,
    - Súm.: 79
  - de caráter pessoal,
    - OJ SDI-I: **16**
    - OJ SDI-II: **4**
  - de horas extras,
    - Súm.: **110, 215**
    - OJ SDI-I: **275**
    - Prec. Norm.: 43
  - de insalubridade
    - Súm.: 17, **47, 80, 137, 139, 228, 248, 289, 292, 293**
    - OJ SDI-I: 2, 3, **4, 47, 102, 103, 121, 153, 165, 170, 171, 172, 173, 278**
    - OJ Trans. SDI-I: **4, 12, 33, 57**
    - OJ SDI-II: **2**
    - Prec. Norm.: 3, 57
  - de periculosidade
    - Súm.: **39, 70, 132, 191, 361, 364**
- OJ SDI-I: 5, **172, 174, 258, 259, 267, 279, 280, 324, 345, 347, 385, 406**
- OJ Trans. SDI-I: **12**
- de produtividade,
  - OJ SDI-I: **60, 61**
  - OJ Trans. SDI-I: **6**
- de risco,
  - OJ SDI-I: **60, 61, 316, 402**
- de transferência,
  - OJ SDI-I: **113**
  - Prec. Norm.: 101
- inexistência de vínculo
  - OJ SDI-I: **368**
- noturno,
  - Súm.: **60, 130, 140, 265**
  - OJ SDI-I: 6, **97, 259**
  - Prec. Norm.: 90
- por tempo de serviço,
  - Súm.: **52, 181, 240**
  - OJ SDI-I: 176
  - OJ Trans. SDI-I: **44, 60**
  - Prec. Norm.: 38
- regional,
  - Súm.: **84**
- Adjudicação,
  - Súm.: **399**
  - OJ SDI-II: 44, **66**
- Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA),
  - OJ SDI-I: **13, 87**
- Administração pública,
  - Súm.: **331**
  - OJ SDI-I: **321, 335**
  - OJ SDI-II: **10**
- Admissão preferencial,
  - OJ SDC: **20**
- Advogado,
  - Súm.: **102**
  - OJ SDI-I: 7, 74, **75, 110, 120, 200, 222, 255, 286, 304, 318, 319, 403**
- Agravo

- de Instrumento,
  - Súm.: **192, 218**
  - OJ SDI-I: **110, 217, 260, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 374**
  - OJ Trans. SDI-I: **16, 17, 18, 19, 20, 21, 52**
  - OJ SDI-II: 105
- de instrumento. Formação,
  - OJ Trans. SDI-I: **52**
- de instrumento em recurso de revista,
  - Súm.: 183, 272, **285**, 335
  - OJ SDI-I: 90
- de petição,
  - Súm.: **416**
  - OJ SDI-I: 189
  - OJ Trans. SDI-I: **53**
  - OJ SDI-II: 55
- do art. 557 do CPC,
  - OJ SDI-I: **293**
- regimental,
  - Súm.: **192, 411**
  - OJ SDI-I: **70, 132**
  - OJ SDI-II: 43, **69, 100**, 133
- Ajuda
  - alimentação,
    - OJ SDI-I: **123, 133**
  - de custo,
    - Prec. Norm.: 4
- Ajuste tácito,
  - Súm.: **152**
- Alçada,
  - Súm.: **71, 356, 365**
  - OJ SDI-I: 8, 9, 10, 11
- Alienação
  - (em geral),
    - Súm.: **419**
    - OJ SDI-II: 114
  - fiduciária,
    - OJ SDI-I: **226**
- Alimentação
  - (em geral),
    - Prec. Norm.: **89**
  - (utilidade),
    - Súm.: **241**
- Amamentação,
  - Prec. Norm.: **6**
- Analfabeto,
  - Prec. Norm.: **58**
- Anistia,
  - OJ SDI-I: **12, 91**, 176, 221
  - OJ Trans. SDI-I: **44, 56**
  - OJ SDI-II: **142**
- Antecipação salarial,
  - Prec. Norm.: 1
- Anuênio,
  - OJ SDI-I: **56**
  - Prec. Norm.: 38
- Aposentado,
  - OJ Trans. SDI-I: **51**
  - OJ SDI-II: **142**
- Aposentadoria,
  - (em geral),
    - Súm.: 3, 21, **72**, 106, **160**, 295
    - OJ SDI-I: 177, **361**
    - OJ Trans. SDI-I: **27, 31, 76**
    - Prec. Norm.: 11, **85**
  - complementação,
    - Súm.: **52, 92, 97**, 106, **288, 313, 326, 327, 332**
    - OJ SDI-I: **18, 19, 20, 21, 136, 155, 156, 157, 183, 224, 250, 276, 289**
    - OJ Trans. SDI-I: **7, 8, 11, 24, 25, 32, 40, 41, 46, 51, 62, 63, 64, 69**
    - OJ SDI-II: **8**
  - por invalidez,
    - OJ SDI-I: **375**
- Apreensão,
  - OJ SDC: **3**
- Arquivamento do processo,
  - Súm.: **9, 49, 268**
- Área de risco,
  - Prec. Norm.: **112**

- Arrematação,  
 · Súm.: **399**  
 · OJ SDI-II: 45
- Arrendamento,  
 · OJ SDI-I: **225**
- Arresto,  
 · OJ SDC: **3**
- Assalto no exercício das funções,  
 · Prec. Norm.: **84**
- Assembleia Geral de Trabalhadores (AGT)  
 - (em geral),  
 · OJ SDC: 6, **8**, 13, 14, **28**, **29**, **35**
- ata,  
 · OJ SDC: **8**, **29**
- edital de convocação,  
 · OJ SDC: **29**, **35**
- Assinatura,  
 · OJ SDI-I: **120**
- Assistência  
 - judiciária,  
 · OJ SDI-I: **304**
- jurídica,  
 · Prec. Norm.: **102**
- sindical,  
 · Prec. Norm.: 7
- Associação de Pais e Mestres (APM),  
 · OJ SDI-I: **185**
- Atestado  
 - de afastamento,  
 · Prec. Norm.: **8**
- médico do INSS,  
 · OJ SDI-I: 154
- médico e odontológico,  
 · Súm.: **15**, **122**  
 · Prec. Norm.: **81**
- Atividade externa,  
 · OJ SDI-I: **332**
- Atos institucionais,  
 · Súm.: 150
- Atraso ao serviço,  
 · Prec. Norm.: **92**
- Audiência,  
 - (em geral),  
 · Súm.: **9**, **13**, 37, **74**, **122**, **197**  
 · OJ SDI-I: **286**
- atraso para a,  
 · OJ SDI-I: **245**
- parte ausente,  
 · Súm.: **9**, 37, **122**, **197**  
 · OJ SDI-I: 74
- transporte para a,  
 · Prec. Norm.: 54
- Autarquias,  
 · OJ SDI-I: **318**
- Autenticação de documentos,  
 · Súm.: **415**  
 · OJ SDI-I: **36**, **134**, 281, **287**  
 · OJ Trans. SDI-I: **21**, 22, **23**, **52**  
 · OJ SDI-II: 52, **84**, **91**
- Auxiliar  
 - de enfermagem,  
 · OJ SDI-I: **296**
- de laboratório,  
 · Súm.: 302
- Auxílio  
 - alimentação,  
 · OJ SDI-I: 250  
 · OJ Trans. SDI-I: **51**  
 · Prec. Norm.: 9
- cesta-alimentação,  
 · OJ Trans. SDI-I: **61**
- doença,  
 · Súm.: **371**  
 · OJ SDI-I: 135, **375**  
 · Prec. Norm.: 21, 26
- doença. Complementação,  
 · Prec. Norm.: 17
- doença-acidentário,

- Súm.: **378**
- OJ SDI-I: **230**
- funeral,
  - OJ SDI-I: **129**
- Avanços trienais,
  - OJ SDI-I: **76**
- Aviso prévio,
  - (em geral),
    - Súm.: 5, 31, **44, 73, 94, 163, 182, 230, 253, 276, 305, 348, 371, 380**
    - OJ SDI-I: **14, 35, 40, 82, 83, 84, 122, 254, 268**
    - OJ Trans. SDI-I: **13**
    - Prec. Norm.: **24, 76, 96**
  - elástico. Projeção
    - OJ SDI-I: **367**
  - proporcionalidade,
    - OJ SDI-I: **84**
  - redução da jornada no curso do,
    - Súm.: **230**
- Avulso,
  - OJ SDI-I: **384**
- B**
- Balconista,
  - Súm.: 56
- Bancário,
  - Súm.: 59, **93, 102, 109, 113, 117, 119, 124, 166, 199, 204, 226, 232, 233, 234, 237, 238, 239, 240, 247, 257, 267, 287, 343**
  - OJ SDI-I: 15, 48, 64, **123, 178, 179, 222, 239, 261, 288, 379**
  - OJ Trans. SDI-I: **34, 70, 77**
  - Prec. Norm.: 12
- Banco Central do Brasil,
  - OJ SDI-I: **16**
- Banco do Brasil,
  - OJ SDI-I: **16, 17, 18, 19, 20, 21, 136, 289**
  - OJ Trans. SDI-I: **32, 69**
  - OJ SDI-II: **4, 5**
  - Prec. Norm.: **10**
- Banco do Estado de Pernambuco
  - (Bandepe),
    - Súm.: **345**
- Banco do Estado de São Paulo (Banespa),
  - Súm.: **313**
  - OJ Trans. SDI-I: **68**
  - OJ SDI-II: **8**
- Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. (Banerj),
  - OJ Trans. SDI-I: **26**
- Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A (Banrisul),
  - OJ SDI-I: 155
  - OJ Trans. SDI-I: **7, 8, 27, 40**
- Banco Itaú,
  - OJ SDI-I: 183
  - OJ Trans. SDI-I: **46**
- Banco Meridional,
  - OJ SDI-I: 137
  - OJ Trans. SDI-I: **25, 38**
- Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A (BNCC),
  - OJ Trans. SDI-I: **9, 10**
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES),
  - OJ SDI-I: 179
  - OJ Trans. SDI-I: 77
- Banco Real,
  - OJ SDI-I: 157
  - OJ Trans. SDI-I: **41**
- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE),
  - OJ SDI-I: 22
  - OJ Trans. SDI-I: **34**
- Base de cálculo,
  - adicional de insalubridade
    - Súm.: 137, **228**
    - OJ SDI-I: **2, 3, 47**
    - OJ Trans. SDI-I: **4, 33**
    - OJ SDI-II: **2**
  - adicional de periculosidade
    - OJ SDI-I: **279**
  - adicional noturno

- OJ SDI-I: **97, 259**
- diárias
  - Súm.: **318**
- férias do tarefeiro
  - Súm.: **149**
- gorjetas
  - Súm.: **354**
- horas extras
  - Súm.: **132**
  - OJ SDI-I: 267
- horas extras do portuário
  - OJ SDI-I: 61
- multa de 40% do FGTS
  - OJ SDI-I: **42, 254**
- Benefício previdenciário,
  - Súm.: **32**
- Bens,
  - Súm.: **419**
- BIP,
  - OJ SDI-I: **49**
- Bomba de gasolina,
  - Súm.: **39**
- Bonificação
  - (em geral),
    - Prec. Norm.: 11
  - de assiduidade,
    - OJ Trans. SDI-I: **5**
  - de produtividade,
    - OJ Trans. SDI-I: **5**
- C**
- Caixa,
  - (em geral),
    - Prec. Norm.: 12
  - bancário,
    - Súm.: **102**
- Caixa Econômica do Estado de São Paulo,
  - OJ SDI-I: **56**
- Caixa Econômica Federal,
  - OJ SDI-I: 250
  - OJ Trans. SDI-I: **51, 70**
- Cálculos,
  - Súm.: **53, 399**
  - OJ T. Pleno: **2**
  - OJ SDI-II: 85
- Carência de ação,
  - Súm.: **299**
  - OJ SDI-II: 96
- Carga horária,
  - (em geral),
    - Prec. Norm.: **78**
  - redução,
    - OJ SDI-I: **244**
- Cargo
  - de confiança,
    - Súm.: **102, 166, 204, 232**
    - OJ SDI-I: **17, 45, 113, 222, 288**
  - em comissão. Reversão,
    - Súm.: 209
- Carta
  - de fiança bancária,
    - OJ SDI-II: **59**
  - precatória,
    - Súm.: **419**
    - OJ SDI-II: 114
- Cartão de ponto,
  - Súm.: **338, 366**
  - OJ SDI-I: 23, 306, 326
- Carteira de trabalho (CTPS),
  - (em geral),
    - Súm.: **12**
    - OJ SDI-I: **82**
  - anotação,
    - Súm.: **12, 64**
    - OJ SDI-I: **82**
    - Prec. Norm.: **5, 105**
  - retenção,
    - Prec. Norm.: **98**

- Súm.: **242**
- OJ SDI-I: 114
- Desvio de função,
  - Súm.: **275**
  - OJ SDI-I: **125**
- Diárias,
  - (em geral),
    - Súm.: **318**
  - de viagem,
    - Súm.: **101**
    - OJ SDI-I: 292
- Diferenças salariais,
  - OJ SDI-I: **28, 125, 262**
  - OJ Trans. SDI-I: **55**
  - OJ SDI-II: **35**
- Digitador,
  - Súm.: **346**
- Direito adquirido,
  - Súm.: **248, 315, 316, 317, 323**
  - OJ SDI-I: **43, 58, 59, 155, 214, 218, 241**
  - OJ Trans. SDI-I: **40, 55, 58**
  - OJ SDI-II: **12**
- Diretor
  - eleito,
    - Súm.: **269**
  - de cooperativa,
    - OJ SDI-I: **253**
- Dirigente
  - de associação profissional,
    - Súm.: 222
  - sindical,
    - Súm.: **369, 379**
    - OJ SDI-I: 34, 35, 86, 114, 145, 266
    - OJ SDI-II: **65, 137, 142**
    - Prec. Norm.: **83, 91**
- Dispensa do empregado,
  - Súm.: 306
  - OJ SDI-I: 137
  - OJ Trans. SDI-I: **38**
  - Prec. Norm.: 39, **47, 76, 82**
- Dissídio coletivo,
  - (em geral),
    - Súm.: 141, 177, 179, **397, 402**
    - OJ SDC: **3, 6, 7, 19, 29**
    - OJ SDI-II: 116
    - Prec. Norm.: **37, 82**
  - cabimento,
    - OJ SDC: **5, 37**
  - extinção,
    - OJ SDC: **8**
  - forma clausulada,
    - OJ SDC: **32**
- Divergência jurisprudencial,
  - (em geral),
    - Súm.: 208, **296, 337, 413**
    - OJ SDI-I: 37, **95, 111, 147, 260**
    - OJ Trans. SDI-I: **3**
    - OJ SDI-II: **8, 47**
  - comprovação,
    - Súm.: 38
- Dobra salarial (art. 467 da CLT),
  - Súm.: **388**
  - OJ SDI-I: 314
- Documento
  - autenticação,
    - Súm.: **415**
    - OJ SDI-I: **36, 134, 281, 287**
    - OJ Trans. SDI-I: **21, 22, 23, 52**
    - OJ SDI-II: 52, **84, 91**
  - comum às partes,
    - OJ SDI-I: **36**
  - novo,
    - Súm.: **402**
    - OJ SDI-II: 20
  - juntada,
    - Súm.: **8, 415**
    - OJ SDI-II: 52, **76**
- Doença,
  - (em geral),
    - Súm.: **15**

- profissional,
  - OJ SDI-I: **41**, 154
  - OJ SDI-II: **142**
- Dolo
  - (em geral),
    - Súm.: **404**
    - OJ SDI-II: 108, 111
    - Prec. Norm.: **118**
  - processual,
    - Súm.: **403**
    - OJ SDI-II: 125
- Doméstico
  - Súm.: **377**
  - OJ SDI-I: 99
- Domingo,
  - Súm.: **146**
  - OJ SDI-I: 93
  - Prec. Norm.: **87**, **100**
- Dono da obra,
  - OJ SDI-I: **191**
- Duplo grau de jurisdição,
  - Súm.: **100**, **303**
  - OJ SDI-II: **21**, 79
- E**
- Edital de convocação da AGT
  - OJ SDC: **28**, **29**, **35**
- Efeito
  - devolutivo,
    - Súm.: **393**
    - OJ SDI-I: 340
  - suspensivo,
    - Súm.: **279**
- Eleições,
  - OJ SDI-II: **23**
- Eletricitários,
  - Súm.: **191**, **229**, **361**
  - OJ SDI-I: **279**, **347**
- Embargos
  - (em geral),
    - Súm.: 213, **337**
    - OJ SDI-I: 37, **115**, **257**, **336**, **378**,
- 405**
- (TST),
  - Súm.: **192**, 204, **221**
  - OJ SDI-I: 94, **95**, **147**, **219**, **295**
  - OJ SDI-II: 42
- (TST). Cabimento,
  - Súm.: **126**
- à SDI,
  - OJ SDI-I: **293**, **294**
- cabimento,
  - Súm.: 335, **353**
- de terceiro,
  - Súm.: **419**
  - OJ SDI-I: 291
  - OJ Trans. SDI-I: **53**
  - OJ SDI-II: **54**, 114
- declaratórios,
  - Súm.: **278**, **297**, **421**
  - OJ SDI-I: **142**, **192**, **377**
  - OJ SDI-II: **41**, 74
- em agravo de instrumento em recurso de revista,
  - Súm.: 183
- em agravo regimental (TST),
  - Súm.: 195
- em recurso de revista,
  - Súm.: **23**, 42, **184**
- infringentes,
  - Súm.: 133
- Empregado
  - acidentado,
    - Prec. Norm.: 30
  - de entidades sindicais,
    - OJ SDC: 37
  - sindicalizado,
    - OJ SDC: **20**
- Empreitada,
  - OJ SDI-I: **191**
- Empresa(s)
  - agroindustrial,



- Súm.: 88
- OJ SDI-I: **355**
- intrajornada,
  - Súm.: **110, 118, 360**
  - OJ SDI-I: **307, 342, 354, 380, 381**
- Intervenção
  - assistencial,
    - Súm.: **82**
  - do Banco Central,
    - Súm.: 185
- Intimação,
  - Súm.: **1, 299**
  - OJ SDC: **27**
  - OJ SDI-II: 96
- Invalidez,
  - Súm.: **160**
- IPC/87,
  - Súm.: 316
  - OJ SDI-I: **58**
  - OJ Trans. SDI-I: **26, 31**
- IPC/90,
  - Súm.: **315**
  - OJ SDI-I: 218, 241
  - OJ Trans. SDI-I: **54, 55**
- Isonomia salarial,
  - Súm.: 323
  - OJ SDC: **25**
- J**
- Jogo do bicho,
  - OJ SDI-I: **199**
- Jornada de trabalho,
  - (em geral),
    - Súm.: **110, 119, 232, 287, 338, 370, 423**
    - OJ SDI-I: 39, 53, **78**, 169, **178**, 179, **323, 332**
    - OJ Trans. SDI-I: **77**
  - alteração,
    - OJ SDI-I: **308**, 333
  - compensação,
    - Súm.: **85**, 108, **109**
    - OJ SDI-I: 182
- minutos extras,
  - Súm.: **366**
  - OJ SDI-I: 326, **372**
- 12x36,
  - OJ SDI-I: **388**
- Jornada noturna,
  - (em geral),
    - Súm.: **112, 140**
    - Prec. Norm.: 90
  - habitualidade,
    - Súm.: **60**
  - prorrogação,
    - Súm.: **60**
    - OJ SDI-I: 6
- Jornada reduzida,
  - Súm.: 59, **112, 370**
  - OJ SDI-I: 39, 53, **213, 273, 358, 407**
  - Prec. Norm.: 96
- Jornalista,
  - Prec. Norm.: **55, 112**
  - OJ SDI-I: **407**
- Juiz
  - faculdade,
    - Súm.: **418**
    - OJ SDI-II: 141
  - identidade física,
    - Súm.: **136**
- Juízo Universal da Falência,
  - OJ SDI-I: 314
- Julgamento
  - *citra petita*,
    - Súm.: **152, 298**
    - OJ SDI-II: 36, **41**
  - *extra petita*,
    - Súm.: **298, 396**
    - OJ SDI-I: 106
    - OJ SDI-II: 36
  - *ultra petita*,
    - Súm.: **298**
    - OJ SDI-II: 36
- Jurisprudência,

- (em geral),
  - Súm.: **333, 409**
  - OJ SDI-I: 317
- repertório autorizado,
  - OJ SDI-I: 317
- Juros de mora,
  - Súm.: 185, 193, **200, 211, 304, 307**
  - OJ T. Pleno: **7**
  - OJ SDI-I: **300, 382, 400, 408**
  - OJ Trans. SDI-I: **10**
- Jus postulandi*,
  - Súm.: **425**
- Justa causa,
  - Súm.: **73**
- Justiça gratuita,
  - OJ SDI-I: **269, 305, 331, 387**
  - OJ SDI-II: **91**

## L

- Legislação eleitoral,
  - OJ SDI-I: **51**
- Legitimidade
  - *ad causam*,
    - Súm.: **406, 407**
    - OJ SDC: **12, 21, 22, 23**
    - OJ SDI-I: 1
    - OJ Trans. SDI-I: **37**
    - OJ SDI-II: 83, 110
  - *ad processum*,
    - OJ SDC: **15**
  - de parte,
    - OJ SDC: 13, 33
    - OJ SDI-I: 109, **121, 130, 202, 237, 318, 338**
    - OJ Trans. SDI-I: **48**
- Licença
  - prêmio,
    - Súm.: 103, **186**
    - OJ SDI-I: 176
    - OJ Trans. SDI-I: **44**
    - Prec. Norm.: 33
  - remunerada,

- OJ Trans. SDI-I: **2, 13**

## Liminar,

- Súm.: 107, **414, 418**
- OJ SDI-II: 58, **64, 65, 69, 139, 140, 141, 142**

## Limpeza

- Súm.: **331**
- OJ SDI-I: **4, 170**

## Liquidação extrajudicial,

- Súm.: **86, 185, 284, 304**
- OJ SDI-I: 31, 109, **143, 408**
- OJ Trans. SDI-I: **37**
- OJ SDI-II: **53**

## Litisconsórcio,

- Súm.: **406**
- OJ SDI-I: **80, 310**
- OJ SDI-II: 82, 110

## Lixo urbano,

- OJ SDI-I: **4, 170**

## M

### Mandado de Segurança,

- (em geral),
  - Súm.: 154, **365, 397, 414, 415, 417, 418**
  - OJ T. Pleno: **4**
  - OJ SDI-I: 10, 29, 72, 73
  - OJ SDI-II: 49, 50, 51, 52, **53, 54, 57, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 69, 86, 87, 91, 93, 116, 120, 127, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 148, 151, 152, 153, 155**
- cabimento,
  - Súm.: **33, 414, 416**
  - OJ T. Pleno: **10**
  - OJ SDI-II: 55, 58, **66, 88, 92, 98, 99**

### Mandato

- (em geral),
  - OJ SDI-I: **255, 311, 312, 313, 349**
- tácito,
  - Súm.: **164**
  - OJ SDI-I: **200, 286**

- Mão-de-obra locada,  
 - Prec. Norm.: 35
- Marítimo,  
 - Súm.: **96**
- Massa falida,  
 - Súm.: **86, 388**  
 - OJ SDI-I: 201, 314
- Meação,  
 - Prec. Norm.: **20**
- Médico,  
 - Súm.: **143, 370**  
 - OJ SDI-I: 53, **165**
- Menor,  
 - Súm.: 134  
 - OJ SDC: **26**
- Microempresa,  
 - Súm.: **377**
- MinasCaixa,  
 - OJ SDI-I: **87, 109**  
 - OJ Trans. SDI-I: **37**
- Mineração Morro Velho,  
 - OJ Trans. SDI-I: **4**
- Ministério do Trabalho,  
 - Súm.: **6**  
 - OJ SDI-I: **345**
- Ministério Público,  
 - Súm.: **100, 407**  
 - OJ SDC: 33  
 - OJ SDI-I: **130, 237, 338, 350**  
 - OJ Trans. SDI-I: **20**  
 - OJ SDI-II: 83, 122
- Mora salarial,  
 - (em geral),  
 - Súm.: **13, 381**  
 - OJ SDI-I: 124  
 - multa,  
 - Prec. Norm.: **72**
- Moradia,  
 - Prec. Norm.: **34**
- Motorista,
- OJ SDI-I: **315, 332**  
 - Prec. Norm.: **89**
- Mulher,  
 - Súm.: 108
- Multa  
 - administrativa. Depósito prévio,  
 - Súm.: **424**  
 - art. 477 da CLT,  
 - Súm.: **388**  
 - OJ SDI-I: **162, 201, 238, 351**  
 - Prec. Norm.: 46  
 - art. 557 do CPC,  
 - OJ SDI-I: **389**  
 - atraso da gratificação natalina,  
 - Prec. Norm.: 36  
 - cláusula penal,  
 - OJ SDI-I: **54**  
 - convencional,  
 - Súm.: **384**  
 - OJ SDI-I: 150, 239  
 - OJ SDI-II: **30, 31**  
 - de 40% do FGTS,  
 - OJ SDI-I: **42, 107, 177, 254, 341, 344, 361, 370**  
 - OJ Trans. SDI-I: **1**  
 - obrigação de fazer,  
 - Prec. Norm.: **73**
- Municípios. Desmembramento,  
 - OJ SDI-I: **92**
- N**
- Negociação  
 - coletiva,  
 - Súm.: **423**  
 - OJ SDI-I: 169  
 - prévia,  
 - OJ SDC: 6, **11, 24**
- Norma coletiva,  
 - Súm.: **374, 375**  
 - OJ SDI-I: 55, 69, **372**
- Notificação,

- Súm.: **16, 37, 133, 262, 387**
  - OJ SDI-I: **14, 162, 337**
- Nulidade**
- da dispensa
    - OJ SDI-I: 137
    - OJ Trans. SDI-I: **38**
  - da opção do FGTS
    - Súm.: 223
  - da punição
    - Súm.: **77**
  - de atos do advogado
    - OJ SDI-I: 7
  - de cláusula coletiva
    - Súm.: **17, 30**
    - Prec. Norm.: **119**
  - de cláusula contratual
    - Súm.: **91**
  - de concurso público
    - Súm.: **128**
  - de decisão
    - Súm.: **396**
    - OJ SDI-I: **115, 142**
  - do contrato de trabalho (contratação)
    - Súm.: **199, 363**
    - OJ SDI-I: 85, **199, 335, 338, 350**
    - OJ SDI-II: **10**
- O**
- Oficial de justiça *ad hoc*,
- OJ SDI-I: **164**
- Óleos minerais,
- OJ SDI-I: **171**
- Ordem Pública,
- Súm.: 398, **401**
  - OJ SDI-I: **342**
  - OJ SDI-II: 81, 126
- Operador de telex,
- OJ SDI-I: **213**
- P**
- Parceria,
- Prec. Norm.: **20**
- Participação nos lucros,
- Súm.: 251
  - OJ Trans. SDI-I: **15, 64, 73**
  - OJ SDI-I: **390**
- Penalidade administrativa,
- Súm.: 88
- Penhora,
- Súm.: **417, 419**
  - OJ SDI-I: **226, 343**
  - OJ SDI-II: **54, 59, 60, 61, 62, 89, 93, 143, 153**
- Pensão,
- (em geral),
    - OJ SDI-I: 166
    - OJ Trans. SDI-I: **42**
  - complementação,
    - OJ SDI-I: **26, 129**
- Pensionistas,
- OJ Trans. SDI-I: **51**
- Perícia,
- (em geral),
    - Súm.: 236, **293, 341**
    - OJ SDI-I: 170, **165, 278, 406**
    - OJ SDI-II: **98**
  - local desativado,
    - OJ SDI-I: **278**
- Periculosidade,
- Súm.: **39, 70, 132, 191, 271, 361, 364**
  - OJ SDI-I: 5, **165, 172, 174, 258, 259, 267, 279, 280, 324, 345, 347**
  - OJ Trans. SDI-I: **12**
- Perito assistente,
- Súm.: **341**
- Pernoite,
- Prec. Norm.: **89**
- Pessoa jurídica de direito público
- Súm.: 193, **303**
  - OJ SDC: **5**
  - OJ SDI-I: **134, 152, 192, 238**
  - OJ SDI-II: **12, 84**

- Pessoal de obras,  
 - Súm.: **58**
- Petição inicial,  
 - Súm.: **263, 408, 411**  
 - OJ SDI-II: 32, 33
- Petrobras,  
 - Súm.: **70, 84, 332**  
 - OJ SDI-I: 166, 202  
 - OJ Trans. SDI-I: **42, 48, 59, 62, 63, 64, 72**
- Petroleiros,  
 - Súm.: **112, 391**  
 - OJ SDI-I: 240, 333
- Petromisa,  
 - OJ SDI-I: 202  
 - OJ Trans. SDI-I: **48**
- PIS,  
 - Súm.: **300**  
 - Prec. Norm.: **52**
- Piso salarial,  
 - Súm.: 281  
 - OJ SDI-I: **358**  
 - Prec. Norm.: 3
- Plano de Classificação de Cargos e Salários (PCCS)  
 - (em geral),  
 - Súm.: 250  
 - OJ SDI-I: **57, 404**  
 - OJ SDI-II: **11**
- adiantamento,  
 - OJ SDI-I: **57**
- Plano de Demissão Voluntária (PDV),  
 - OJ SDI-I: **207, 270, 356**  
 - OJ SDI-II: **19**
- Planos econômicos,  
 - Súm.: **315, 316, 317, 319, 322, 323**  
 - OJ SDI-I: **58, 59, 79, 203, 214, 241, 243, 262**  
 - OJ Trans. SDI-I: **26, 31, 54, 55, 58**  
 - OJ SDI-II: **1, 34, 35**
- Poder normativo do TST,  
 - Súm.: **190**
- Policial militar,  
 - Súm.: **386**  
 - OJ SDI-I: 167
- Pólos da ação,  
 - Súm.: **406**  
 - OJ SDI-II: **82**
- Portuário,  
 - Súm.: **309**  
 - OJ SDI-I: **60, 61, 316, 391, 402**
- Pracista,  
 - Súm.: **27**
- Prazo  
 - abandono de emprego,  
 - Súm.: **32**
- ampliação do,  
 - OJ SDI-II: **12, 17**
- comprovação de depósito recursal,  
 - Súm.: **245**
- contagem  
 - OJ SDI-I: **162, 204**  
 - OJ SDI-II: **80, 122**
- da notificação,  
 - Súm.: **16**
- de afastamento do trabalho  
 - OJ SDI-I: 230
- de convocação da AGT,  
 - OJ SDC: **35**
- de vigência,  
 - Súm.: **277**
- decadencial,  
 - Súm.: **62, 100**  
 - OJ SDI-II: **12, 13, 16, 17, 18, 80, 102, 127, 145**
- em dobro  
 - OJ SDI-I: **192, 310**
- judicial,  
 - Súm.: **1, 262, 299**
- pagamento/comprovação das custas,  
 - Súm.: 49, **53, 352**  
 - OJ SDI-I: 30  
 - OJ SDI-II: **148**

- pagamento rescisão e aviso prévio
  - OJ SDI-I: **14, 238**
- para contestação
  - OJ SDI-II: **146**
- para quitação,
  - OJ SDI-I: **162**
- prescricional,
  - Súm.: **156, 199, 308, 350, 362, 382, 409**
  - OJ SDI-I: **76, 128, 204, 271, 344**
  - OJ Trans. SDI-I: **27**
  - OJ SDI-II: **37, 119**
- recursal,
  - Súm.: **30, 37, 99, 100, 154, 196, 197, 201, 213, 283, 385, 387**
  - OJ. T. Pleno: **11**
  - OJ SDI-I: **161, 192, 209, 269, 310, 337, 357**
  - OJ SDI-II: **16, 148**
- suspensão do,
  - OJ SDI-I: **209**
- Precatório,
  - (em geral),
    - OJ T. Pleno: **2, 3, 6, 7, 8, 10, 12**
    - OJ SDI-I: **343**
  - de pequeno valor,
    - OJ T. Pleno: **1, 9**
- Preclusão,
  - Súm.: **184**
  - OJ SDI-II: **134**
- Prêmio-aposentadoria,
  - Súm.: **72**
- Preposto,
  - Súm.: **122, 377**
  - OJ SDI-I: **99**
- Prequestionamento,
  - Súm.: **297, 298**
  - OJ SDI-I: **62, 118, 119, 151, 256**
  - OJ Trans. SDI-I: **32**
  - OJ SDI-II: **36, 72, 75, 124, 135**
- Prescrição
  - (em geral),
    - Súm.: **64, 95, 153, 156, 168, 198, 199, 206, 223, 268, 274, 275, 294, 308, 326, 327, 350, 362, 373, 382, 409**
    - OJ SDI-I: **38, 46, 63, 83, 128, 129, 130, 144, 156, 175, 204, 242, 243, 248, 271, 344, 370, 384, 392, 401, 404**
    - OJ Trans. SDI-I: **27**
    - OJ SDI-II: **37, 119**
  - intercorrente,
    - Súm.: **114**
  - trintenária,
    - Súm.: **95**
- Prestações
  - periódicas,
    - Súm.: **198**
  - sucessivas,
    - Súm.: **294**
- Previdência
  - benefício,
    - Súm.: **311**
  - descontos. Acordo. Inexist. vínc.
    - OJ SDI-I: **368**
  - privada,
    - Súm.: **87, 174, 311**
- Princípios,
  - ampla defesa,
    - OJ SDI-II: **97**
  - celeridade processual,
    - Súm.: **421**
    - OJ SDI-I: **310**
  - contraditório,
    - OJ SDI-II: **97**
  - devido processo legal,
    - OJ SDI-II: **97**
  - fungibilidade recursal,
    - Súm.: **421**
    - OJ SDI-II: **69, 74, 152**
  - identidade física do juiz,
    - Súm.: **136**

- irredutibilidade salarial,
  - Súm.: **248**
- isonomia salarial,
  - Súm.: 323
  - OJ SDC: **25**
- *iura novit curia*,
  - Súm.: **408**
  - OJ SDI-II: 32, 33
- legalidade,
  - OJ SDI-II: **97, 135**
- *lex loci executionis*,
  - Súm.: **207**
- publicidade,
  - OJ SDI-II: **73**
- *rebus sic stantibus*,
  - OJ SDI-I: **224**
- Prisão,
  - OJ SDI-II: **89, 143**
- PROBAM,
  - OJ SDI-I: 64
- Processamento de dados
  - Súm.: **239**
  - OJ SDC: **36**, 126
- Processo administrativo,
  - Súm.: 40, 321
- Procuração
  - (em geral),
    - Súm.: **164**, 270, **383**
    - OJ SDI-I: 108, **110**, 149, **286**, 311, 330, **349**
    - OJ SDI-II: **151**
  - inválida,
    - OJ SDI-I: **373**
  - substabelecimento,
    - Súm.: **395**
- Procuradores (União, Estados e Municípios),
  - OJ SDI-I: **52, 318**
- Professor
  - (em geral),
    - Súm.: **10**, 281, **351**
    - OJ SDI-I: 66, **206, 244, 393**
    - Prec. Norm.: **31, 78**
  - adjunto,
    - OJ SDI-I: **65**
    - OJ SDI-II: **38**
  - titular,
    - OJ SDI-I: **65**
    - OJ SDI-II: **38**
- Proforte,
  - OJ Trans. SDI-I: **30**
- Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT),
  - OJ SDI-I: **133**
- Promoção,
  - OJ SDI-I: 176
  - OJ Trans. SDI-I: **44**
- Protocolo integrado,
  - OJ SDI-I: 320
- Prova
  - (em geral),
    - Súm.: **415**
  - ônus da,
    - Súm.: **16, 68, 212, 338**
    - OJ SDI-I: **215, 301**, 306
- Punição do empregado,
  - Súm.: **77**
- Q**
- Quadro
  - de avisos,
    - Prec. Norm.: **104**
  - de carreira,
    - Súm.: **6, 19, 127**, 231
    - OJ SDI-I: **125**, 193
    - OJ Trans. SDI-I: **29**
    - Prec. Norm.: 16
- Quebra
  - de caixa,
    - Súm.: **247**
  - de material,

- Prec. Norm.: **118**
- Quilometragem rodada,
  - Prec. Norm.: 4
- Quinquênio,
  - Súm.: **52**, 66, 105
  - OJ SDI-I: **76**
  - Prec. Norm.: 38
- Quitação,
  - Súm.: 41, **330**
- Quorum deliberativo,
  - OJ SDC: 13, 14, 21
- R**
- Radiação,
  - OJ SDI-I: **345**
- Radiologista,
  - Súm.: **358**
  - OJ SDI-I: 67, **208**
- Raios solares,
  - OJ SDI-I: **173**
- Readmissão,
  - Súm.: **138**
  - Prec. Norm.: 39
- Reajuste salarial
  - (em geral),
    - Súm.: 5, 116, 181, 252, **322, 375**
    - OJ SDI-I: 68, 69, **100, 212, 325**
    - OJ Trans. SDI-I: **25, 35, 49**
    - OJ SDI-II: **39, 40**
    - Prec. Norm.: 45
  - compensação,
    - OJ SDI-I: **325**
  - gatilho,
    - Súm.: **319**
  - setorizado,
    - Súm.: 249
- Recesso forense,
  - Súm.: **262**
  - OJ SDI-I: 209
- Recibo salarial,
  - Prec. Norm.: **93**
- Recolhimentos previdenciários e fiscais,
  - Súm.: **401**
  - OJ SDI-II: 81
- Recurso
  - adesivo,
    - Súm.: 175, 196, **282**
  - adm. Pressuposto de admissibilidade,
    - Súm.: **424**
  - ao TST,
    - Súm.: 40, 167, 321
  - em matéria administrativa. Prazo,
    - OJ T. Pleno: **11**
- Recurso de revista,
  - (em geral),
    - Súm.: 38, **184, 192**, 204, 208, 210, **221, 285, 296, 337, 413**
    - OJ SDI-I: 37, 94, **111, 115, 147, 219, 257, 260, 282, 287, 294, 295, 334, 336, 405**
    - OJ Trans. SDI-I: **3, 17, 32**
    - OJ SDI-II: 42, 47, 105, **152**
  - cabimento,
    - Súm.: 42, **126, 218, 266, 333**
    - OJ SDI-I: **352**
  - conhecimento,
    - Súm.: **23**
    - OJ SDI-I: 309
- Recurso extraordinário,
  - Súm.: **100**
  - OJ SDI-I: **62**
  - OJ SDI-II: **56, 145**
- Recurso ordinário
  - (em geral),
    - Súm.: **100, 393, 405, 414**
    - OJ SDI-I: 29, 340
    - OJ SDI-II: 3, 51, **69, 79, 148**
  - (ao TST),
    - Súm.: **422**
    - OJ SDI-II: **69, 100**
  - (ao TST) em ação rescisória,
    - Súm.: **99, 158**



- (ao TST) em mandado de segurança,
  - Súm.: **201**
  - OJ SDI-II: **113**
- cabimento,
  - OJ T. Pleno: **5**
  - OJ SDI-I: **70**
- conhecimento,
  - OJ SDI-I: **120**
  - OJ SDI-II: **90**
- voluntário,
  - OJ SDI-I: **334**
- em mandado de segurança. Cabimento,
  - Súm.: **154**
- Redução salarial,
  - Prec. Norm.: **78**
- Reembolso de despesas,
  - Prec. Norm.: **89**
- Reenquadramento funcional,
  - Súm.: **275**
- Regime jurídico,
  - Súm.: **123**
  - OJ SDI-I: **128, 138, 249**
- (em geral),
  - Súm.: **123**
  - OJ SDI-I: **128, 138, 249**
- alteração,
  - Súm.: **382**
- opção,
  - Súm.: **243**
  - OJ Trans. SDI-I: **14**
- Regulamento da empresa,
  - Súm.: **72, 77, 98, 186, 345**
  - OJ SDI-I: **163, 212, 299**
  - OJ Trans. SDI-I: **9, 49**
  - OJ SDI-II: **25**
- alcance,
  - Súm.: **51**
- Reintegração,
  - Súm.: **28, 150, 396**
  - OJ SDI-I: **101, 106, 116**
  - OJ SDI-II: **24, 51, 63, 64, 65, 87, 142**
- Relação de empregados,
  - Prec. Norm.: **111**
- Remessa de ofício,
  - Súm.: **298, 303**
  - OJ T. Pleno: **8**
  - OJ SDI-I: **9, 71, 72, 73, 130, 334**
  - OJ SDI-II: **75**
- Remuneração por produção,
  - Prec. Norm.: **67**
- Renúncia de direitos
  - Súm.: **243, 276**
  - OJ SDC: **30**
- Repouso semanal,
  - Súm.: **15, 27, 110, 113, 146, 147, 172, 225, 351, 360**
  - OJ SDI-I: **66, 93, 103, 394, 410**
  - OJ Trans. SDI-I: **5**
  - Prec. Norm.: **40, 68, 79, 87, 92, 100**
- Representação
  - irregularidade
    - OJ SDI-I: **371, 373**
    - OJ SDI-II: **151**
  - judicial da União,
    - OJ Trans. SDI-I: **65**
  - sindical,
    - Súm.: **177**
    - OJ SDC: **4**
- Rescisão contratual,
  - Súm.: **14, 20, 54, 69, 157, 163, 261, 314**
  - OJ SDC: **16**
  - OJ SDI-I: **162**
  - OJ Trans. SDI-I: **1**
  - Prec. Norm.: **7, 53**
- Responsabilidade
  - solidária,
    - Súm.: **128, 205**
    - OJ SDI-I: **185, 191**
    - OJ Trans. SDI-I: **30, 59**
  - subsidiária,
    - Súm.: **331**
    - OJ SDI-I: **185, 191, 225**

· OJ Trans. SDI-I: **59, 66**

Reuniões obrigatórias,

· Prec. Norm.: 19

Revelia,

· Súm.: **69, 122, 398, 404**

· OJ SDI-I: 74, **152, 245**

· OJ SDI-II: 126

Rural,

- (em geral),

· Súm.: 34, 57, 104, 227, 292, **344**

· OJ SDI-I: **38, 271, 315, 381**

· Prec. Norm.: **20, 34, 48, 50, 53, 57, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 68, 69, 71, 94, 106, 107, 108, 110**

- abrigo no local de trabalho,

· Prec. Norm.: **108**

- aferição de balanças,

· Prec. Norm.: **59**

- caixa de medicamentos,

· Prec. Norm.: **107**

- chefe de família,

· Prec. Norm.: **53**

- compras,

· Prec. Norm.: **68**

- concessão de terra,

· Prec. Norm.: 48

- condução,

· Prec. Norm.: **64, 69**

- conservação das casas,

· Prec. Norm.: **62**

- defensivos agrícolas,

· Prec. Norm.: **50**

- faltas ao serviço,

· Prec. Norm.: **68**

- ferramentas,

· Prec. Norm.: **110**

- ficha de controle de produção,

· Prec. Norm.: **63**

- insalubridade,

· Prec. Norm.: 57, **106**

- latão de café,

· Prec. Norm.: **60**

- salário,

· Prec. Norm.: **65**

- salário-doença,

· Prec. Norm.: 94

- transporte,

· Prec. Norm.: **71**

## S

Sábado,

· Súm.: **113, 262**

· Prec. Norm.: **100**

Salário

- (em geral),

· Súm.: **173**

· OJ SDI-I: **159**

Prec. Norm.: **8, 58**

- complessivo,

· Súm.: **91**

· OJ Trans. SDI-I: **12**

- enfermidade,

· Súm.: **15**

- família,

· Súm.: 227, **254, 344**

- hora,

· Súm.: 267, **343, 347**

- hora do bancário,

· Súm.: **124**

- maternidade,

· Súm.: 142, 260

· OJ SDI-I: **44**

- mínimo,

· Súm.: **228, 356**

· OJ SDI-I: **2, 11, 272, 358**

· OJ SDI-II: **2, 71**

- mínimo. Vigência,

· Súm.: **13**

- mínimo regional,

· Súm.: 137

- normativo,

- OJ SDC: **25, 26**
- nova função,
  - Prec. Norm.: 99
- por produção,
  - OJ SDI-I: **235**
- profissional,
  - Súm.: **17, 143, 358, 370**
  - OJ SDI-I: 67
  - OJ SDI-II: **71**
- substituição,
  - OJ SDI-I: 96
- utilidade,
  - Súm.: **241, 258, 367**
  - OJ SDI-I: 24, 131, 246
- Seguro
  - de vida,
    - Prec. Norm.: **84, 112**
  - desemprego,
    - Súm.: **389**
    - OJ SDI-I: 210, 211
  - obrigatório (vigia ou vigilante),
    - Prec. Norm.: **42**
- Semana espanhola,
  - OJ SDI-I: **323**
- Sentença normativa,
  - (em geral),
    - Súm.: **279, 397, 402**
    - OJ SDI-II: 116
  - vigência,
    - Súm.: **277**
- Sequestro,
  - OJ T. Pleno: **1, 3, 13**
- Serpro,
  - OJ SDI-I: 212
  - OJ Trans. SDI-I: **49**
- Serviço
  - de vigilância,
    - Súm.: 256
  - médico,
    - Súm.: **282**
- militar,
  - Prec. Norm.: **80**
- Servidor público,
  - Súm.: **50, 75, 103, 105, 116, 121, 123, 235, 243, 252, 319, 363, 382, 390**
  - OJ T. Pleno: **6**
  - OJ SDC: **5**
  - OJ SDI-I: **28, 216, 218, 229, 241, 247, 265, 297, 308, 364**
  - OJ SDI-II: 22, **26**
- Servita,
  - OJ Trans. SDI-I: **5**
- Sexta parte,
  - OJ Trans. SDI-I: **75**
- Sindicalização. Local,
  - Prec. Norm.: 13
- Sindicância,
  - Súm.: **77**
- Sindicato,
  - (em geral),
    - Súm.: 220, 224, **286, 309, 310, 406**
    - OJ SDC: **12, 15, 16, 21, 22, 23**
    - OJ SDI-I: 1, **80, 121, 145, 305, 325, 359**
    - OJ SDI-II: 110
    - Prec. Norm.: 88, **104, 111**
  - base territorial,
    - OJ SDC: 14, **28**
- Sistema elétrico de potência,
  - OJ SDI-I: **324**
- Sobreaviso,
  - Súm.: **132, 229**
  - OJ SDI-I: **49, 174**
- Sociedade de economia mista,
  - Súm.: **170, 280, 390**
  - OJ SDI-I: **51, 229, 237, 247, 338, 339, 353**
- SPTTrans,
  - OJ Trans. SDI-I: **66**
- Subgerente,
  - Súm.: 238

- Substabelecimento,  
· OJ SDI-I: **75, 108, 200, 319, 330, 371**
- Substituição,  
· Súm.: **159**
- Substituição processual,  
· Súm.: 180, 220, 255, 271, **286, 310, 359, 406**  
· OJ SDI-I: **80, 121, 359**  
· OJ SDI-II: 110
- Sucessão trabalhista,  
· OJ SDI-I: 202, **225, 261, 343, 408, 411**  
· OJ Trans. SDI-I: **28, 48, 59**
- Sucumbência  
· Súm.: **219**  
· OJ SDI-I: **186**  
· OJ Trans. SDI-I: **32**
- SUDS,  
· OJ SDI-I: 168  
· OJ Trans. SDI-I: **43**
- Suframa,  
· OJ SDI-II: **26**
- Sumaríssimo,  
· OJ SDI-I: **260, 352, 405**
- Supressão de vantagem,  
· Súm.: **372**  
· OJ SDI-I: **175**
- Suspeição  
· Súm.: **357**  
· OJ SDI-I: 77
- Suspensão do empregado,  
· OJ SDI-II: **137**
- T**
- Tacógrafo,  
· OJ SDI-I: **332**
- Tarefeiro,  
· Súm.: **149**
- Taxa de homologação de rescisão,  
· OJ SDC: **16**
- Taxa de referência diária (TRD),  
· OJ SDI-I: **300**
- Telefonista,  
· Súm.: **178**  
· OJ SDI-I: **273**
- Telemar,  
- privatização,  
· OJ Trans. SDI-I: **67**
- Telemarketing,  
· OJ SDI-I: **273**
- Telex,  
· OJ SDI-I: **213**
- Tempo de serviço. Averbação,  
· OJ SDI-II: **57**
- Terceirização,  
· OJ SDI-I: **383**
- Terço constitucional,  
· Súm.: **328**  
· OJ SDI-I: 231  
· OJ Trans. SDI-I: **50**
- Termo de conciliação,  
· Súm.: **259**
- Tesoureiro,  
· Súm.: 237
- Testemunha. Suspeição,  
· Súm.: **357**  
· OJ SDI-I: 77
- Teto remuneratório,  
· OJ SDI-I: **339**
- Títulos e valores mobiliários,  
· Súm.: 120
- Tomador de serviços,  
· Súm.: 256, **331**
- Trabalho  
- da mulher,  
· Súm.: 108  
- intelectual,  
· OJ SDI-I: 298
- Transação,  
· Súm.: 180  
· OJ SDI-I: **270**
- Transferência,

Se não houver norma específica quanto ao prazo para interposição de recurso em matéria administrativa de decisão emanada de Órgão Colegiado do Tribunal Regional do Trabalho, aplica-se, por analogia, a regra geral dos prazos adotados na Justiça do Trabalho, ou seja, oito dias, conforme estabelecido no art. 6º da Lei nº 5.584, de 26.06.1970. O prazo de dez dias a que alude o art. 59 da Lei nº 9.784, de 29.01.1999, aplica-se somente à interposição de recursos de decisões prolatadas monocraticamente.

**12. Precatório. Procedimento de natureza administrativa. Incompetência funcional do Presidente do TRT para declarar inexigibilidade do título exequendo. (DeJT 16/09/2010)**

O Presidente do TRT, em sede de precatório, não tem competência funcional para declarar a inexigibilidade do título judicial exequendo, com fundamento no art. 884, § 5º, da CLT, ante a natureza meramente administrativa do procedimento.

**13. Precatório. Quebra da ordem de precedência. Não demonstração da posição do exequente na ordem cronológica. Sequestro indevido. (DeJT 16/09/2010)**

É indevido o sequestro de verbas públicas quando o exequente/requerente não se encontra em primeiro lugar na lista de ordem cronológica para pagamento de precatórios ou quando não demonstrada essa condição.



legítima a atuação da entidade sindical respectiva em favor de seus interesses à observância do *quorum* estabelecido no art. 612 da CLT.

**14 - Sindicato. Base territorial excedente de um município. Obrigatoriedade da realização de múltiplas assembléias.** (Inserida em 27.03.1998. Cancelada - DJ 02.12.2003)

Se a base territorial do Sindicato representativo da categoria abrange mais de um Município, a realização de assembléia deliberativa em apenas um deles inviabiliza a manifestação de vontade da totalidade dos trabalhadores envolvidos na controvérsia, pelo que conduz à insuficiência de *quorum* deliberativo, exceto quando particularizado o conflito.

**15 - Sindicato. Legitimidade "ad processum". Imprescindibilidade do registro no Ministério do Trabalho.** (Inserida em 27.03.1998)

A comprovação da legitimidade *ad processum* da entidade sindical se faz por seu registro no órgão competente do Ministério do Trabalho, mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

**16 - Taxa de homologação de rescisão contratual. Ilegalidade.** (Inserida em 27.03.1998)

É contrária ao espírito da lei (art. 477, § 7º, da CLT) e da função precípua do sindicato a cláusula coletiva que estabelece taxa para homologação de rescisão contratual, a ser paga pela empresa a favor do sindicato profissional.

**17 - Contribuições para entidades sindicais. Inconstitucionalidade de sua extensão a não associados.** (Inserida em 25.05.1998)

As cláusulas coletivas que estabeleçam contribuição em favor de entidade sindical, a qualquer título, obrigando trabalhadores não sindicalizados, são ofensivas ao direito de livre associação e sindicalização, constitucionalmente assegurado, e, portanto, nulas, sendo passíveis de devolução, por via própria, os respectivos valores eventualmente descontados.

**18 - Descontos autorizados no salário pelo trabalhador. Limitação máxima de 70% do salário base.** (Inserida em 25.05.1998)

Os descontos efetuados com base em cláusula de acordo firmado entre as partes não podem ser superiores a 70% do salário base percebido pelo empregado, pois deve-se assegurar um mínimo de salário em espécie ao trabalhador.

**19 - Dissídio coletivo contra empresa. Legitimação da entidade sindical. Autorização dos trabalhadores diretamente envolvidos no conflito.** (Inserida em 25.05.1998. Nova redação em decorrência da inserção de ementa – DeJT 16/11/2010)

A legitimidade da entidade sindical para a instauração da instância contra determinada empresa está condicionada à prévia autorização dos trabalhadores da suscitada diretamente envolvidos no conflito.

**20 - Empregados sindicalizados. Admissão preferencial. Condição violadora do art. 8º, V, da CF/88.** (Inserida em 25.05.1998. Nova redação em decorrência da inserção de ementa – DeJT 16/11/2010)

Viola o art. 8º, V, da CF/1988 cláusula de instrumento normativo que estabelece a preferência, na contratação de mão de obra, do trabalhador sindicalizado sobre os demais.

**21 - Ilegitimidade ad causam do sindicato. Ausência de indicação do total de associados da entidade sindical. Insuficiência de quorum (art. 612 da CLT).** (Inserida em 25.05.1998. Cancelada - DJ 02.12.2003)

**22 - Legitimidade ad causam do sindicato. Correspondência entre as atividades exercidas pelos setores profissional e econômico envolvidos no conflito. Necessidade.** (Inserida em 25.05.1998. Nova redação em decorrência da inserção de ementa – DeJT 16/11/2010)

É necessária a correspondência entre as atividades exercidas pelos setores profissional e econômico, a fim de legitimar os envolvidos no conflito a ser solucionado pela via do dissídio coletivo.

**23 - Legitimidade ad causam. Sindicato representativo de segmento profissional ou patronal. Impossibilidade.** (Inserida em 25.05.1998)

A representação sindical abrange toda a categoria, não comportando separação fundada na maior ou menor dimensão de cada ramo ou empresa.

**24 - Negociação prévia insuficiente. Realização de mesa redonda perante a DRT. Art. 114, § 2º, da CF/88. Violação.** (Inserida em 25.05.1998. Cancelada - DJ 16.04.2004)

**25 - Salário normativo. Contrato de experiência. Limitação. Tempo de serviço. Possibilidade.** (Inserida em 25.05.1998)

Não fere o princípio da isonomia salarial (art. 7º, XXX, da CF/88) a previsão de salário normativo tendo em vista o fator tempo de serviço.



**26 - Salário normativo. Menor empregado. Art. 7º, XXX, da CF/88. Violação.** (Inserida em 25.05.1998)

Os empregados menores não podem ser discriminados em cláusula que fixa salário mínimo profissional para a categoria.

**27 - Custas. Ausência de intimação. Deserção. Caracterização.** (Inserida em 19.08.1998)

A deserção se impõe mesmo não tendo havido intimação, pois incumbe à parte, na defesa do próprio interesse, obter os cálculos necessários para efetivar o preparo.

**28 - Edital de convocação da AGT. Publicação. Base territorial. Validade.** (Inserida em 19.08.1998)

O edital de convocação para a AGT deve ser publicado em jornal que circule em cada um dos municípios componentes da base territorial.

**29 - Edital de convocação e ata da assembléia geral. Requisitos essenciais para instauração de dissídio coletivo.** (Inserida em 19.08.1998)

O edital de convocação da categoria e a respectiva ata da AGT constituem peças essenciais à instauração do processo de dissídio coletivo.

**30 - Estabilidade da gestante. Renúncia ou transação de direitos constitucionais. Impossibilidade.** (Inserida em 19.08.1998)

Nos termos do art. 10, II, a, do ADCT, a proteção à maternidade foi erigida à hierarquia constitucional, pois retirou do âmbito do direito potestativo do empregador a possibilidade de despedir arbitrariamente a empregada em estado gravídico. Portanto, a teor do artigo 9º da CLT, torna-se nula de pleno direito a cláusula que estabelece a possibilidade de renúncia ou transação, pela gestante, das garantias referentes à manutenção do emprego e salário.

**31 - Estabilidade do acidentado. Acordo homologado. Prevalência. Impossibilidade. Violação do art. 118 da Lei nº 8.213/91.** (Inserida em 19.08.1998)

Não é possível a prevalência de acordo sobre legislação vigente, quando ele é menos benéfico do que a própria lei, porquanto o caráter imperativo dessa última restringe o campo de atuação da vontade das partes.

**32 - Reivindicações da categoria. Fundamentação das cláusulas. Necessidade. Aplicação do Precedente Normativo nº 37 do TST. (Inserida em 19.08.1998)**

É pressuposto indispensável à constituição válida e regular da ação coletiva a apresentação em forma clausulada e fundamentada das reivindicações da categoria, conforme orientação do item VI, letra e, da Instrução Normativa nº 4/93.

**33 - Ação rescisória. Ministério Público. Legitimidade restrita. Hipóteses do art. 487, incisos I e III do CPC. (Inserida em 07.12.1998. Cancelada - Res. 137/2005 - DJ 22.08.2005)**

A teor do disposto no art. 487, incisos I e III, do CPC, o Ministério Público apenas detém legitimidade para propor ação rescisória nas hipótese em que tenha sido parte no processo no qual proferida a decisão rescindenda; nas quais deixou de manifestar-se ou intervir na lide, quando por previsão legal expressa deveria tê-lo feito, ou ainda naquelas em que a sentença resultou de colusão das partes, com o intuito de fraudar a lei.

**34 - Acordo extrajudicial. Homologação. Justiça do Trabalho. Prescindibilidade. (Inserida em 07.12.1998)**

É desnecessária a homologação, por Tribunal Trabalhista, do acordo extrajudicialmente celebrado, sendo suficiente, para que surta efeitos, sua formalização perante o Ministério do Trabalho (art. 614 da CLT e art. 7º, inciso XXXV, da Constituição Federal).

**35 - Edital de convocação da AGT. Disposição estatutária específica. Prazo mínimo entre a publicação e a realização da assembléia. Observância obrigatória. (Inserida em 07.12.1998)**

Se os estatutos da entidade sindical contam com norma específica que estabeleça prazo mínimo entre a data de publicação do edital convocatório e a realização da assembléia correspondente, então a validade desta última depende da observância desse interregno.

**36 - Empregados de empresa de processamento de dados. Reconhecimento como categoria diferenciada. Impossibilidade. (Inserida em 07.12.1998)**

É por lei e não por decisão judicial, que as categorias diferenciadas são reconhecidas como tais. De outra parte, no que tange aos profissionais da informática, o trabalho que desempenham sofre alterações, de acordo com a atividade econômica exercida pelo empregador.

**37 - Empregados de entidades sindicais. Estabelecimento de condições coletivas de trabalho distintas daquelas às quais sujeitas**

**as categorias representadas pelos empregadores. Impossibilidade jurídica. Art. 10 da Lei nº 4.725/65. (Inserida em 07.12.1998. Cancelada - DJ 18.10.2006)**

O art. 10 da Lei nº 4.725/65 assegura, para os empregados de entidades sindicais, as mesmas condições coletivas de trabalho fixadas para os integrantes das categorias que seus empregadores representam. Assim, a previsão legal expressa constitui óbice ao ajuizamento de dissídio coletivo com vistas a estabelecer para aqueles profissionais regramento próprio.

**38 - Greve. Serviços essenciais. Garantia das necessidades inadiáveis da população usuária. Fator determinante da qualificação jurídica do movimento. (Inserida em 07.12.1998)**

É abusiva a greve que se realiza em setores que a lei define como sendo essenciais à comunidade, se não é assegurado o atendimento básico das necessidades inadiáveis dos usuários do serviço, na forma prevista na Lei nº 7.783/89.



Os efeitos financeiros decorrentes da anistia concedida pela Emenda Constitucional nº 26/85 contam-se desde a data da sua promulgação.

**13 - APPA. Decreto-lei 779/69. Depósito recursal e custas. Não isenção.** (Inserida em 14.03.1994. Nova redação em decorrência da inserção de ementa – DeJT 16.11.2010)

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, vinculada à Administração Pública indireta, não é isenta do recolhimento do depósito recursal e do pagamento das custas processuais por não ser beneficiária dos privilégios previstos no Decreto-Lei nº 779, de 21.08.1969, ante o fato de explorar atividade econômica com fins lucrativos, o que descaracteriza sua natureza jurídica, igualando-a às empresas privadas.

**14 - Aviso prévio cumprido em casa. Verbas rescisórias. Prazo para pagamento.** (Art. 477, § 6º, "b", da CLT) (Inserida em 25.11.1996. Nova redação - Res. 129/2005, DJ. 20.04.2005)

Em caso de aviso prévio cumprido em casa, o prazo para pagamento das verbas rescisórias é até o décimo dia da notificação de despedida.

**15 - Bancário. Gratificação de função superior a 1/3 e inferior ao valor constante de norma coletiva. Inexistência de direito às 7ª e 8ª horas. Direito à diferença do adicional, se e quando pleiteada.** (Inserida em 14.03.1994. Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula nº 102 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

**16 - Banco do Brasil. ACP. Adicional de caráter pessoal. Indevido.** (Inserida em 13.02.1995. Nova redação - Res. 129/2005, DJ. 20.04.2005)

A isonomia de vencimentos entre servidores do Banco Central do Brasil e do Banco do Brasil, decorrente de sentença normativa, alcançou apenas os vencimentos e vantagens de caráter permanente. Dado o caráter personalíssimo do Adicional de Caráter Pessoal – ACP e não integrando a remuneração dos funcionários do Banco do Brasil, não foi ele contemplado na decisão normativa para efeitos de equiparação à tabela de vencimentos do Banco Central do Brasil.

**17 - Banco do Brasil. AP e ADI.** (Inserida em 07.11.1994)

Os adicionais AP, ADI ou AFR, somados ou considerados isoladamente, sendo equivalentes a 1/3 do salário do cargo efetivo (art. 224, § 2º, da CLT), excluem o empregado ocupante de cargo de confiança do Banco do Brasil da jornada de 6 horas.

**18 - Complementação de aposentadoria. Banco do Brasil.** (Inserida em 29.03.1996. Nova redação em decorrência da incorporação das Orientações Jurisprudenciais nºs 19, 20, 21, 136 e 289 da SDI-I - Res. 129/2005, DJ. 20.04.2005)

I - As horas extras não integram o cálculo da complementação de aposentadoria; (ex-OJ nº 18 da SDI-I - inserida em 29.03.96)

II - Os adicionais AP e ADI não integram o cálculo para a apuração do teto da complementação de aposentadoria; (ex-OJ nº 21 da SDI-I - inserida em 13.02.95)

III - No cálculo da complementação de aposentadoria deve-se observar a média trienal; (ex-OJs nº 19 e 289 ambas da SDI-I – inseridas respectivamente em 05.06.95 e 11.08.03)

IV - A complementação de aposentadoria proporcional aos anos de serviços prestados exclusivamente ao Banco do Brasil somente se verifica a partir da Circular Funci nº 436/63; (ex-OJ nº 20 da SDI-I - inserida em 13.02.95)

V - O telex DIREC do Banco do Brasil nº 5003/1987 não assegura a complementação de aposentadoria integral, porque não aprovado pelo órgão competente ao qual a instituição se subordina. (ex-OJ nº 136 da SDI-I - inserida em 27.11.98)

**19 - Banco do Brasil. Complementação de aposentadoria. Média trienal.** (Inserida em 05.06.1995. Cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação conferida à Orientação Jurisprudencial nº 18 da SDI-I - Res. 129/2005, DJ. 20.04.2005)

**20 - Banco do Brasil. Complementação de aposentadoria. Proporcionalidade somente a partir da Circ. FUNCÍ 436/1963.** (Inserida em 13.02.1995. Cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação conferida à Orientação Jurisprudencial nº 18 da SDI-I - Res. 129/2005, DJ. 20.04.2005)

**21 - Banco do Brasil. Complementação de aposentadoria. Teto. Cálculo. AP e ADI. Não integração.** (Inserida em 13.02.1995. Cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação conferida à Orientação Jurisprudencial nº 18 da SDI-I - Res. 129/2005, DJ. 20.04.2005)

**22 - BRDE. Entidade autárquica de natureza bancária. Lei nº 4.594/1964, art. 17. Res. Bacen 469/1970, art. 8º. CLT, art. 224, § 2º. CF, art. 173, § 1º.** (Inserida em 14.03.1994. Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 34 da SDI-I - Res. 129/2005, DJ. 20.04.2005)

O instrumento normativo em cópia não autenticada possui valor probante, desde que não haja impugnação ao seu conteúdo, eis que se trata de documento comum às partes.

**37 - Embargos. Violação do art. 896 da CLT.** (Inserida em 01.02.1995. Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula nº 296 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

Não ofende o art. 896, da CLT, decisão de Turma que, examinando premissas concretas de especificidade da divergência colacionada no apelo revisional, conclui pelo conhecimento ou desconhecimento do recurso.

**38 - Empregado que exerce atividade rural. Empresa de reflorestamento. Prescrição própria do rurícola.** (Lei nº 5889/1973, art. 10 e Decreto nº 73626/1974, art. 2º, §4º). (Inserida em 29.03.1996. Nova redação em decorrência da inserção de ementa. DeJT 16.11.2010)

O empregado que trabalha em empresa de reflorestamento, cuja atividade está diretamente ligada ao manuseio da terra e de matéria -prima, é rurícola e não industriário, nos termos do Decreto nº 73.626, de 12.02.1974, art. 2º, § 4º, pouco importando que o fruto de seu trabalho seja destinado à indústria. Assim, aplica-se a prescrição própria dos rurícolas aos direitos desses empregados.

**39 - Engenheiro. Jornada de trabalho. Lei nº 4.950/1966.** (Inserida em 07.11.1994. Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula nº 370 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

A Lei nº 4.950/1966 não estipula a jornada reduzida para os engenheiros, mas apenas estabelece o salário mínimo da categoria para uma jornada de 6 horas. Não há que se falar em horas extras, salvo as excedentes à 8ª, desde que seja respeitado o salário mínimo/horário da categoria.

**40 - Estabilidade. Aquisição no período do aviso prévio. Não reconhecida.** (Inserida em 28.11.1995. Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula nº 371 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

A projeção do contrato de trabalho para o futuro, pela concessão do aviso prévio indenizado, tem efeitos limitados às vantagens econômicas obtidas no período de pré-aviso, ou seja, salários, reflexos e verbas rescisórias.

**41 - Estabilidade. Instrumento normativo. Vigência. Eficácia.** (Inserida em 25.11.1996)

Preenchidos todos os pressupostos para a aquisição de estabilidade decorrente de acidente ou doença profissional, ainda

durante a vigência do instrumento normativo, goza o empregado de estabilidade mesmo após o término da vigência deste.

**42 - FGTS. Multa de 40%. (Inserida em 25.11.1996. Nova redação em decorrência da incorporação das Orientações Jurisprudenciais nºs 107 e 254 da SDI-I - Res. 129/2005, DJ. 20.04.2005)**

I - É devida a multa do FGTS sobre os saques corrigidos monetariamente ocorridos na vigência do contrato de trabalho. Art. 18, § 1º, da Lei nº 8.036/1990 e art. 9º, § 1º, do Decreto nº 99.684/1990. (ex-OJ nº 107 da SDI-I - inserida em 01.10.97)

II - O cálculo da multa de 40% do FGTS deverá ser feito com base no saldo da conta vinculada na data do efetivo pagamento das verbas rescisórias, desconsiderada a projeção do aviso prévio indenizado, por ausência de previsão legal. (ex-OJ nº 254 da SDI-I - inserida em 13.03.02)

**43 - Conversão de salários de cruzeiros para cruzados. Decreto-lei nº 2.284/1986. (Inserida em 07.11.1994. Nova redação - Res. 129/2005, DJ. 20.04.2005)**

A conversão de salários de cruzeiros para cruzados, nos termos do Decreto-lei nº 2.284/1986, não afronta direito adquirido dos empregados.

**44 - Gestante. Salário maternidade. (Inserida em 13.09.1994)**

É devido o salário maternidade, de 120 dias, desde a promulgação da CF/88, ficando a cargo do empregador o pagamento do período acrescido pela Carta.

**45 - Gratificação de função percebida por 10 ou mais anos. Afastamento do cargo de confiança sem justo motivo. Estabilidade financeira. Manutenção do pagamento. (Inserida em 25.11.1996. Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula nº 372 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)**

**46 - Gratificação semestral. Congelamento. Prescrição parcial. (Inserida em 29.03.1996. Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula nº 373 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)**

**47 - Hora extra. Adicional de insalubridade. Base de cálculo. (Inserida em 29.03.1996. Nova redação - Res. 148/2008, DJe do TST 04/07/2008, republicada por erro material em 08/07/2008)**

A base de cálculo da hora extra é o resultado da soma do salário contratual mais o adicional de insalubridade.



**48 - Horas extras pactuadas após a admissão do bancário não configura pré-contratação. Súmula 199. Inaplicável.** (Inserida em 25.11.1996. Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula nº 199 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

**49 - Horas extras. Uso do BIP. Não caracterizado o "sobreaviso".** (Inserida em 01.02.1995. Nova redação - Res. 129/2005, DJ. 20.04.2005)

O uso do aparelho BIP pelo empregado, por si só, não caracteriza o regime de sobreaviso, uma vez que o empregado não permanece em sua residência aguardando, a qualquer momento, convocação para o serviço.

**50 - Horas "in itinere". Incompatibilidade de horários. Devidas. Aplicável a Súmula 90.** (Inserida em 01.02.1995. Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula nº 90 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

**51 - Legislação eleitoral. Aplicável a pessoal celetista de empresas públicas e sociedades de economia mista.** (Inserida em 25.11.199. Nova redação em decorrência da inserção de ementa. DeJT 16.11.2010)  
Aos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista regidos pela CLT aplicam-se as vedações dispostas no art. 15 da Lei nº 7.773, de 08.06.1989.

**52 - Mandato. Procurador da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, suas Autarquias e Fundações Públicas. Dispensável a juntada de procuração. (Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997).** (Inserida em 29.03.1996. Nova redação - Res. 129/2005, DJ. 20.04.2005)

A União, Estados, Municípios e Distrito Federal, suas autarquias e fundações públicas, quando representadas em juízo, ativa e passivamente, por seus procuradores, estão dispensadas da juntada de instrumento de mandato.

**53 - Médico. Jornada de trabalho. Lei nº 3.999/1961.** (Inserida em 29.04.1994. Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula nº 370 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

A Lei nº 3.999/1961 não estipula a jornada reduzida para os médicos, mas apenas estabelece o salário mínimo da categoria para uma jornada de 4 horas. Não há que se falar em horas extras, salvo as excedentes à 8ª, desde que seja respeitado o salário mínimo/horário da categoria.

**54 - Multa. Cláusula penal. Valor superior ao principal.** (Inserida em 30.05.1994. Nova redação - Res. 129/2005, DJ. 20.04.2005)

O valor da multa estipulada em cláusula penal, ainda que diária, não poderá ser superior à obrigação principal corrigida, em virtude da aplicação do artigo 412 do Código Civil de 2002 (art. 920 do Código Civil de 1916).

**55 - Norma coletiva. Categoria diferenciada. Abrangência.** (Inserida em 25.11.1996. Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula nº 374 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

Empregado integrante de categoria profissional diferenciada não tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria.

**56 - Nossa Caixa-Nosso Banco (Caixa Econômica do Estado de São Paulo). Regulamento. Gratificação especial e/ou anuênios.** (Inserida em 25.11.1996)

Direito reconhecido apenas àqueles empregados que tinham 25 anos de efetivo exercício prestados exclusivamente à Caixa.

**57 - PCCS. Devido o reajuste do adiantamento. Lei nº 7.686/1988, art. 1º.** (Inserida em 14.03.1994. Nova redação - Res. 129/2005, DJ. 20.04.2005)

É devido o reajuste da parcela denominada "adiantamento do PCCS", conforme a redação do art. 1º da Lei nº 7.686/1988.

**58 - Plano Bresser. IPC jun/1987. Inexistência de direito adquirido.** (Inserida em 10.03.1995. Nova redação - Res. 129/2005, DJ. 20.04.2005)

Inexiste direito adquirido ao IPC de junho de 1987 (Plano Bresser), em face da edição do Decreto-lei nº 2.335/1987.

**59 - Plano Verão. URP de fevereiro de 1989. Inexistência de direito adquirido.** (Inserida em 13.02.1995. Nova redação - Res. 129/2005, DJ. 20.04.2005)

Inexiste direito adquirido à URP de fevereiro de 1989 (Plano Verão), em face da edição da Lei nº 7.730/1989

**60 - Portuários. Hora noturna. Horas extras. (Lei nº 4.860/1965, arts. 4º e 7º, § 5º).** (Inserida em 28.11.1995. Nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial nº 61 da SDI-I - Res. 129/2005, DJ. 20.04.2005)

I - A hora noturna no regime de trabalho no porto, compreendida entre dezenove horas e sete horas do dia seguinte, é de sessenta minutos.

II - Para o cálculo das horas extras prestadas pelos trabalhadores portuários, observar-se-á somente o salário básico percebido, excluídos os adicionais de risco e produtividade. (ex-OJ nº 61 da SDI-I - inserida em 14.03.94)

**61 - Portuários. Horas extras. Base de cálculo: ordenado sem o acréscimo dos adicionais de risco e de produtividade. Lei nº 4.860/1965, art. 7º, § 5º.** (Inserida em 14.03.1994. Cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação da Orientação Jurisprudencial nº 60 da SDI-I - Res. 129/2005, DJ. 20.04.2005)

**62 - Prequestionamento. Pressuposto de admissibilidade em apelo de natureza extraordinária. Necessidade, ainda que se trate de incompetência absoluta.** (Inserida em 14.03.1994. Nova redação em decorrência de alteração da ementa. DeJT 16.11.2010)

É necessário o prequestionamento como pressuposto de admissibilidade em recurso de natureza extraordinária, ainda que se trate de incompetência absoluta.

**63 - Prescrição total. Horas extras. Pré-contratadas e suprimidas. Termo inicial. Data da supressão.** (Inserida em 14.03.1994. Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula nº 199 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

**64 - PROBAM. Súmula nº 239. Inaplicável. Não são bancários seus empregados.** (Inserida em 13.09.1994. Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula nº 239 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

**65 - Professor adjunto. Ingresso no cargo de professor titular. Exigência de concurso público não afastada pela Constituição Federal de 1988 (CF/1988, arts. 37, II, e 206, V).** (Inserida em 30.05.1994. Nova redação - Res. 129/2005, DJ. 20.04.2005)

O acesso de professor adjunto ao cargo de professor titular só pode ser efetivado por meio de concurso público, conforme dispõem os arts. 37, inciso II, e 206, inciso V, da CF/88.

**66 - Professor. Repouso semanal remunerado. Lei nº 605/1949, art. 7º, § 2º e art. 320, da CLT. (Inserida em 25.11.1996. Convertida na Súmula nº 51 - Res. 68/1997, DJ 30.05.1997)**

**67 - Radiologista. Salário profissional. (Inserida em 03.06.1996. Convertida na Súmula 358 - Res. 77/1997, DJ 19.12.1997)**

O salário profissional dos técnicos em radiologia é igual a dois salários mínimos e não a quatro (Lei nº 7394/85).

**68 - Reajustes salariais. Bimestrais e quadrimestrais (Lei nº 8.222/1991). Simultaneidade inviável. (Inserida em 28.11.1995. Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 35 da SDI-I - Res. 129/2005, DJ. 20.04.2005)**

**69 - Reajustes salariais previstos em norma coletiva. Prevalência dos Decretos-leis nºs 2.283/1986 e 2.284/1986. "Plano Cruzado". (Inserida em 14.03.1994. Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula nº 375 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)**

**70 - Recurso ordinário. Cabimento. (Inserida em 13.09.1994. Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial nº 5 do Tribunal Pleno - Res. 129/2005, DJ. 20.04.2005)**

Não cabe recurso ordinário contra decisão de agravo regimental interposto em reclamação correicional.

**71 - Remessa "ex officio". Ação rescisória. Decisões contrárias a Entes Públicos (art. 1º, inc. V, do Decreto-lei nº 779/1969 e inc. II, do art. 475, do CPC). Cabível. (Inserida em 03.06.1996. Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula nº 303 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)**

**72 - Remessa "ex officio". Mandado de segurança concedido. Impetrante e terceiro interessado pessoas de direito privado. Incabível, ressalvadas as hipóteses de matéria administrativa, de competência do Órgão Especial. (Inserida em 25.11.1996. Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula nº 303 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)**

**108 - Mandato expreso. Ausência de poderes para substabelecer. Válidos os atos praticados pelo substabelecido. (Art. 1300, §§ 1º e 2º do CCB).** (Inserida em 01.10.1997. Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula nº 395 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

**109 - MinasCaixa. Legitimidade passiva "ad causam" enquanto não concluído o procedimento de liquidação extrajudicial.** (Inserida em 01.10.1997. Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 37 da SDI-I - Res. 129/2005, DJ. 20.04.2005)

**110 - Representação irregular. Procuração apenas nos autos de agravo de instrumento.** (Inserida em 01.10.1997. Nova redação em decorrência de alteração da ementa. DeJT 16.11.2010)

A existência de instrumento de mandato apenas nos autos de agravo de instrumento, ainda que em apenso, não legitima a atuação de advogado nos processos de que se originou o agravo.

**111 - Recurso de revista. Divergência jurisprudencial. Aresto oriundo do mesmo Tribunal Regional. Lei nº 9.756/1998. Inservível ao conhecimento.** (Inserida em 01.10.1997. Nova redação - Res. 129/2005, DJ. 20.04.2005)

Não é servível ao conhecimento de recurso de revista aresto oriundo de mesmo Tribunal Regional do Trabalho, salvo se o recurso houver sido interposto anteriormente à vigência da Lei nº 9.756/1998.

**112 - Vacância do cargo. Salário do sucessor. Súmula nº 159. Inaplicável.** (Inserida em 01.10.1997. Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula nº 159 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

Vago o cargo em definitivo, o empregado que passa a ocupá-lo não tem direito a salário igual ao do antecessor.

**113 - Adicional de transferência. Cargo de confiança ou previsão contratual de transferência. Devido. Desde que a transferência seja provisória.** (Inserida em 20.11.1997)

O fato de o empregado exercer cargo de confiança ou a existência de previsão de transferência no contrato de trabalho não exclui o

direito ao adicional. O pressuposto legal apto a legitimar a percepção do mencionado adicional é a transferência provisória.

**114 - Dirigente sindical. Despedida. Falta grave. Inquérito judicial. Necessidade.** (Inserida em 20.11.1997. Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula nº 379 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

**115 - Recurso de revista ou de embargos. Nulidade por negativa de prestação jurisdicional.** (Inserida em 20.11.1997. Nova redação - Res. 129/2005, DJ. 20.04.2005)

O conhecimento do recurso de revista ou de embargos, quanto à preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, supõe indicação de violação do art. 832 da CLT, do art. 458 do CPC ou do art. 93, IX, da CF/1988.

**116 - Estabilidade provisória. Período estável exaurido. Reintegração não assegurada. Devidos apenas os salários desde a data da despedida até o final do período estável.** (Inserida em 20.11.1997. Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula nº 396 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

**117 - Horas extras. Limitação. Art. 59 da CLT.** (Inserida em 20.11.1997. Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula nº 376 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

A limitação legal da jornada suplementar a duas horas diárias não exime o empregador de pagar todas as horas trabalhadas.

**118 - Prequestionamento. Tese explícita. Inteligência da Súmula nº 297.** (Inserida em 20.11.1997)

Havendo tese explícita sobre a matéria, na decisão recorrida, desnecessário contenha nela referência expressa do dispositivo legal para ter-se como prequestionado este. Inteligência da Súmula nº 297.

**119 - Prequestionamento inexigível. Violação nascida na própria decisão recorrida. Súmula nº 297. Inaplicável.** (Inserida em 20.11.1997. Nova redação em decorrência de inserção de ementa. DeJT 16.11.2010)

É inexigível o prequestionamento quando a violação indicada houver nascido na própria decisão recorrida. Inaplicável a Súmula nº 297 do TST.

Ocorre deserção do recurso pelo recolhimento insuficiente das custas e do depósito recursal, ainda que a diferença em relação ao *quantum* devido seja ínfima, referente a centavos.

**141 - Descontos previdenciários e fiscais. Competência da Justiça do Trabalho.** (Inserida em 27.11.1998. Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula nº 368 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

**142 - Embargos declaratórios. Efeito modificativo. Vista à parte contrária.** (Inserida em 27.11.1998. Nova redação em decorrência de alteração de ementa. DeJT 16.11.2010)

É passível de nulidade decisão que acolhe embargos de declaração com efeito modificativo sem que seja concedida oportunidade de manifestação prévia à parte contrária.

**143 - Empresa em liquidação extrajudicial. Execução. Créditos trabalhistas. Lei nº 6024/1974.** (Inserida em 27.11.1998)

A execução trabalhista deve prosseguir diretamente na Justiça do Trabalho mesmo após a decretação da liquidação extrajudicial. Lei nº 6.830/1980, arts. 5º e 29, aplicados supletivamente (CLT art. 889 e CF/1988, art. 114)

**144 - Enquadramento funcional. Prescrição extintiva.** (Inserida em 27.11.1998. Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula nº 275 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

**145 - Estabilidade. Dirigente sindical. Categoria diferenciada.** (Inserida em 27.11.1998. Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula nº 369 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

O empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical só goza de estabilidade se exercer na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente.

**146 - FGTS. Opção retroativa. Concordância do empregador. Necessidade.** (Inserida em 27.11.1998. Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 39 da SDI-I - Res. 129/2005, DJ. 20.04.2005)

**147 - Lei Estadual, norma coletiva ou norma regulamentar. Conhecimento indevido do recurso de revista por divergência jurisprudencial. (Alínea "b" do art. 896 da CLT). (Inserida em 27.11.1998. Nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial nº 309 da SDI-I - Res. 129/2005, DJ. 20.04.2005)**

I - É inadmissível o recurso de revista fundado tão-somente em divergência jurisprudencial, se a parte não comprovar que a lei estadual, a norma coletiva ou o regulamento da empresa extrapolam o âmbito do TRT prolator da decisão recorrida. (ex-OJ nº 309 da SDI-I - inserida em 11.08.03)

II - É imprescindível a arguição de afronta ao art. 896 da CLT para o conhecimento de embargos interpostos em face de acórdão de Turma que conhece indevidamente de recurso de revista, por divergência jurisprudencial, quanto a tema regulado por lei estadual, norma coletiva ou norma regulamentar de âmbito restrito ao TRT prolator da decisão.

**148 - Lei nº 8.880/1994, art. 31. Constitucionalidade. (Inserida em 27.11.1998. Nova redação - Res. 129/2005, DJ. 20.04.2005)**

É constitucional o art. 31 da Lei nº 8.880/1994 que prevê a indenização por demissão sem justa causa.

**149 - Mandato. Art. 13 do CPC. Regularização. Fase recursal. Inaplicável. (Inserida em 27.11.1998. Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula nº 383 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)**

**150 - Multa prevista em vários instrumentos normativos. Cumulação de ações. (Inserida em 27.11.1998. Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula nº 384 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)**

O descumprimento de qualquer cláusula constante de instrumentos normativos diversos não submete o empregado a ajuizar várias ações, pleiteando em cada uma o pagamento da multa referente ao descumprimento de obrigações previstas nas cláusulas respectivas.

**151 - Prequestionamento. Decisão regional que adota a sentença. Ausência de prequestionamento. (Inserida em 27.11.1998)**

Decisão regional que simplesmente adota os fundamentos da decisão de primeiro grau não preenche a exigência do prequestionamento, tal como previsto na Súmula nº 297.



trabalho for executado sob essas condições, o valor correspondente em folha de pagamento.

**173 - Adicional de insalubridade. Raios solares. Indevido.** (Inserida em 08.11.2000)

Em face da ausência de previsão legal, indevido o adicional de insalubridade ao trabalhador em atividade a céu aberto. (Art. 195, CLT e NR 15 MTb, Anexo 7)

**174 - Adicional de periculosidade. Horas de sobreaviso. Indevido.** (Inserida em 08.11.2000. Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula nº 132 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

Durante as horas de sobreaviso, o empregado não se encontra em condições de risco, razão pela qual é incabível a integração do adicional de periculosidade sobre as mencionadas horas.

**175 - Alteração contratual. Comissões. Supressão. Prescrição total.** (Inserida em 08.11.2000. Nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial nº 248 da SBDI-1, DJ 22.11.2005)

A supressão das comissões, ou a alteração quanto à forma ou ao percentual, em prejuízo do empregado, é suscetível de operar a prescrição total da ação, nos termos da Súmula nº 294 do TST, em virtude de cuidar-se de parcela não assegurada por preceito de lei.

**176 - Anistia. Lei nº 6.683/79. Tempo de afastamento. Não computável para efeito de indenização e adicional por tempo de serviço, licença-prêmio e promoção.** (Inserida em 08.11.2000. Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 44 da SDI-I - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

**177 - Aposentadoria espontânea. Efeitos.** (Inserida em 08.11.2000. Cancelada - Certidão de Deliberação - DJ 30.10.2006)

A aposentadoria espontânea extingue o contrato de trabalho, mesmo quando o empregado continua a trabalhar na empresa após a concessão do benefício previdenciário. Assim sendo, indevida a multa de 40% do FGTS em relação ao período anterior à aposentadoria.

**178 - Bancário. Intervalo de 15 minutos. Não computável na jornada de trabalho.** (Inserida em 08.11.2000. Nova redação - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

Não se computa, na jornada do bancário sujeito a seis horas diárias de trabalho, o intervalo de quinze minutos para lanche ou descanso.

**179 - BNDES. Arts. 224/226, CLT. Aplicável a seus empregados. Entidade sujeita à legislação bancária.** (Inserida em 08.11.2000. Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 77 da SDI-I, DeJT 16.121.2010)

**180 - Comissionista puro. Abono. Lei nº 8.178/1991. Não incorporação.** (Inserida em 08.11.2000. Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 45 da SDI-I - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

É indevida a incorporação do abono instituído pela Lei nº 8.178/1991 aos empregados comissionistas.

**181 - Comissões. Correção monetária. Cálculo.** (Inserida em 08.11.2000)

O valor das comissões deve ser corrigido monetariamente para em seguida obter-se a média para efeito de cálculo de férias, 13º salário e verbas rescisórias.

**182 - Compensação de jornada. Acordo individual. Validade.** (Inserida em 08.11.2000. Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula nº 85 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

É válido o acordo individual para compensação de horas, salvo se houver norma coletiva em sentido contrário.

**183 - Complementação de aposentadoria. Banco Itaú.** (Inserida em 08.11.2000. Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 46 da SDI-I - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

O empregado admitido na vigência da Circular BB-05/1966, que passou para a inatividade posteriormente à vigência da RP-40/1974, está sujeito ao implemento da condição "idade mínima de 55 anos".

**195 - Férias indenizadas. FGTS. Não incidência.** (Inserida em 08.11.2000. Nova redação - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

Não incide a contribuição para o FGTS sobre as férias indenizadas.

**196 - Gestante. Contrato de experiência. Estabilidade provisória. Não-assegurada.** (Inserida em 08.11.2000. Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula nº 244 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

**197 - Gratificação semestral. Repercussão no 13º salário. Súmula 78 do TST. Aplicável.** (Inserida em 08.11.2000. Cancelada pela Res. 129/2005, DJ 20.04.2005, em decorrência da redação conferida à Súmula nº 253 pela Res. 121/2003, DJ 19.11.2003)

**198 - Honorários periciais. Atualização monetária.** (Inserida em 08.11.2000)

Diferentemente da correção aplicada aos débitos trabalhistas, que têm caráter alimentar, a atualização monetária dos honorários periciais é fixada pelo art. 1º da Lei nº 6899/1981, aplicável a débitos resultantes de decisões judiciais.

**199 - Jogo do bicho. Contrato de trabalho. Nulidade. Objeto ilícito.** (Inserida em 08.11.2000. Nova redação em decorrência de inserção de ementa. DeJT 16.11.2010)

É nulo o contrato de trabalho celebrado para o desempenho de atividade inerente à prática do jogo do bicho, ante a ilicitude de seu objeto, o que subtrai o requisito de validade para a formação do ato jurídico.

**200 - Mandato tácito. Substabelecimento inválido.** (Inserida em 08.11.2000. Nova redação - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

É inválido o substabelecimento de advogado investido de mandato tácito.

**201 - Multa. Art. 477 da CLT. Massa falida. Inaplicável.** (Inserida em 08.11.2000. Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula nº 388 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

**202 - Petromisa. Sucessão. Petrobrás. Legitimidade.** (Inserida em 08.11.2000. Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 48 da SDI-I - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

Em virtude da decisão tomada em assembléia, a Petrobras é a real sucessora da Petromisa, considerando que recebeu todos os bens móveis e imóveis da extinta Petromisa.

**203 - Plano econômico (Collor). Execução. Correção monetária. Índice de 84,32%. Lei nº 7.738/1989. Aplicável.** (Inserida em 08.11.2000. Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 54 da SDI-I - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

**204 - Prescrição. Contagem do prazo. Art. 7º, XXIX, da CF.** (Inserida em 08.11.2000. Cancelada em decorrência de sua incorporação à Súmula nº 308 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

A prescrição quinquenal abrange os cinco anos anteriores ao ajuizamento da reclamatória e não os cinco anos anteriores à data da extinção do contrato.

**205 - Competência material. Justiça do Trabalho. Ente público. Contratação irregular. Regime especial. Desvirtuamento.** (Inserida em 08.11.2000. Nova redação - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005. Cancelada pela Resolução nº 156/2009 - DeJT 27.04.2009)

I - Inscreve-se na competência material da Justiça do Trabalho dirimir dissídio individual entre trabalhador e ente público se há controvérsia acerca do vínculo empregatício.

II - A simples presença de lei que disciplina a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, inciso IX, da CF/1988) não é o bastante para deslocar a competência da Justiça do Trabalho se se alega desvirtuamento em tal contratação, mediante a prestação de serviços à Administração para atendimento de necessidade permanente e não para acudir a situação transitória e emergencial.

**206 - Professor. Horas extras. Adicional de 50%.** (Inserida em 08.11.2000)

Excedida a jornada máxima (art. 318 da CLT), as horas excedentes devem ser remuneradas com o adicional de, no mínimo, 50% (art. 7º, XVI, CF/88)

**207 - Programa de Incentivo à Demissão Voluntária. Indenização. Imposto de renda. Não incidência.** (Inserida em 08.11.2000. Nova redação - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

**219 - Recurso de revista ou de embargos fundamentado em Orientação Jurisprudencial do TST.** (Inserida em 02.04.2001)

É válida, para efeito de conhecimento do recurso de revista ou de embargos, a invocação de Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho, desde que, das razões recursais, conste o seu número ou conteúdo.

**220 - Acordo de compensação. Extrapolação da jornada.** (Inserida em 20.06.2001. Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula nº 85 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

A prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de horas. Nesta hipótese, as horas que ultrapassarem a jornada semanal normal devem ser pagas como horas extras e, quanto àquelas destinadas à compensação, deve ser pago a mais apenas o adicional por trabalho extraordinário.

**221 - Anistia. Lei nº 8.878/94. Efeitos financeiros devidos a partir do efetivo retorno à atividade.** (Inserida em 20.06.2001. Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 56 da SDI-I - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

**222 - Bancário. Advogado. Cargo de confiança.** (Inserida em 20.06.2001. Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula nº 102 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

O advogado empregado de banco, pelo simples exercício da advocacia, não exerce cargo de confiança, não se enquadrando, portanto, na hipótese do § 2º do art. 224 da CLT.

**223 - Compensação de jornada. Acordo individual tácito. Inválido.** (Inserida em 20.06.2001. Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula nº 85 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

**224 - Complementação de aposentadoria. Reajuste. Lei nº 9.069/1995.** (Inserida em 20.06.2001. Nova redação - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005. Nova redação em razão da inserção do item II – DeJT 16.11.2010)

I - A partir da vigência da Medida Provisória nº 542, de 30.06.1994, convalidada pela Lei nº 9.069, de 29.06.1995, o critério de reajuste da complementação de aposentadoria passou a ser anual e não semestral, aplicando-se o princípio "rebus sic stantibus" diante da nova ordem econômica

II - A alteração da periodicidade do reajuste da complementação de aposentadoria – de semestral para anual –, não afeta o direito ao resíduo inflacionário apurado nos meses de abril, maio e junho de 1994, que deverá incidir sobre a correção realizada no mês de julho de 1995.

**225 - Contrato de concessão de serviço público. Responsabilidade trabalhista.** (Inserida em 20.06.2001. Redação alterada pelo Tribunal Pleno, em 18.04.2002, MA 10.999/2002. Nova redação - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

Celebrado contrato de concessão de serviço público em que uma empresa (primeira concessionária) outorga a outra (segunda concessionária), no todo ou em parte, mediante arrendamento ou qualquer outra forma contratual, a título transitório, bens de sua propriedade:

I - em caso de rescisão do contrato de trabalho após a entrada em vigor da concessão, a segunda concessionária, na condição de sucessora, responde pelos direitos decorrentes do contrato de trabalho, sem prejuízo da responsabilidade subsidiária da primeira concessionária pelos débitos trabalhistas contraídos até a concessão;

II - no tocante ao contrato de trabalho extinto antes da vigência da concessão, a responsabilidade pelos direitos dos trabalhadores será exclusivamente da antecessora.

**226 - Crédito trabalhista. Cédula de crédito rural. Cédula de crédito industrial. Penhorabilidade.** (Inserida em 20.06.2001. Nova redação - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

Diferentemente da cédula de crédito industrial garantida por alienação fiduciária, na cédula rural pignoratícia ou hipotecária o bem permanece sob o domínio do devedor (executado), não constituindo óbice à penhora na esfera trabalhista. (Decreto-Lei nº 167/1967, art. 69; CLT, arts. 10 e 30 e Lei nº 6.830/1980)

**227 - Denúnciação da lide. Processo do trabalho. Incompatibilidade.** (Inserida em 20.06.2001. Cancelada, DJ 22.11.2005)

**228 - Descontos legais. Sentenças trabalhistas. Lei nº 8.541/1992, art. 46. Provimento da CGJT 3/1984 e alterações posteriores.** (Inserida em 20.06.2001. Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula nº 368 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

O recolhimento dos descontos legais, resultante dos créditos do trabalhador oriundos de condenação judicial, deve incidir sobre o valor total da condenação e calculado ao final.

**229 - Estabilidade. Art. 41 da CF/1988. Celetista. Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista. Inaplicável.** (Inserida em 20.06.2001.

Os juros de mora decorrentes do inadimplemento de obrigação de pagamento em dinheiro não integram a base de cálculo do imposto de renda, independentemente da natureza jurídica da obrigação inadimplida, ante o cunho indenizatório conferido pelo art. 404 do Código Civil de 2002 aos juros de mora.

**401. Prescrição. Marco inicial. Ação condenatória. Trânsito em julgado da ação declaratória com mesma causa de pedir remota ajuizada antes da extinção do contrato de trabalho. (DeJT 02/08/2010)**

O marco inicial da contagem do prazo prescricional para o ajuizamento de ação condenatória, quando advém a dispensa do empregado no curso de ação declaratória que possua a mesma causa de pedir remota, é o trânsito em julgado da decisão proferida na ação declaratória e não a data da extinção do contrato de trabalho.

**402. Adicional de risco. Portuário. Terminal privativo. Arts. 14 e 19 da Lei nº 4.860, de 26.11.1965. Indevido. (DeJT 16/09/2010)**

O adicional de risco previsto no artigo 14 da Lei nº 4.860, de 26.11.1965, aplica-se somente aos portuários que trabalham em portos organizados, não podendo ser conferido aos que operam terminal privativo.

**403. Advogado empregado. Contratação anterior a Lei nº 8.906, de 04.07.1994. Jornada de Trabalho mantida com o advento da lei. Dedicção Exclusiva. Caracterização. (DeJT 16/09/2010)**

O advogado empregado contratado para jornada de 40 horas semanais, antes da edição da Lei nº 8.906, de 04.07.1994, está sujeito ao regime de dedicação exclusiva disposto no art. 20 da referida lei, pelo que não tem direito à jornada de 20 horas semanais ou 4 diárias.

**404. Diferenças salariais. Plano de cargos e salários. Descumprimento. Critérios de promoção não observados. Prescrição parcial. (DeJT 16/09/2010)**

Tratando-se de pedido de pagamento de diferenças salariais decorrentes da inobservância dos critérios de promoção estabelecidos em Plano de Cargos e Salários criado pela empresa, a prescrição aplicável é a parcial, pois a lesão é sucessiva e se renova mês a mês.

**405. Embargos. Procedimento sumaríssimo. Conhecimento. Recurso interposto após vigência da Lei nº 11.496, de 22.06.2007, que conferiu nova redação ao art. 894, II, da CLT. (DeJT 16/09/2010)**

Em causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, em que pese a limitação imposta no art. 896, § 6º, da CLT à interposição de recurso de revista, admite-se os embargos interpostos na vigência da Lei nº 11.496, de 22.06.2007, que conferiu nova redação ao art. 894 da CLT, quando demonstrada a divergência jurisprudencial entre Turmas do TST, fundada em interpretações diversas acerca da aplicação de mesmo dispositivo constitucional ou de matéria sumulada.

**406. Adicional de periculosidade. Pagamento espontâneo. Caracterização de fato incontroverso. Desnecessária a perícia de que trata o art. 195 da CLT. (Divulgada no DeJT 22/10/2010)**

O pagamento de adicional de periculosidade efetuado por mera liberalidade da empresa, ainda que de forma proporcional ao tempo de exposição ao risco ou em percentual inferior ao máximo legalmente previsto, dispensa a realização da prova técnica exigida pelo art. 195 da CLT, pois torna incontroversa a existência do trabalho em condições perigosas.

**407. Jornalista. Empresa não jornalística. Jornada de trabalho reduzida. Arts. 302 e 303 da CLT. (Divulgada no DeJT 22/10/2010)**

O jornalista que exerce funções típicas de sua profissão, independentemente do ramo de atividade do empregador, tem direito à jornada reduzida prevista no artigo 303 da CLT.

**408. Juros de mora. Empresa em liquidação extrajudicial. Sucessão trabalhista. (Divulgada no DeJT 22/10/2010)**

É devida a incidência de juros de mora em relação aos débitos trabalhistas de empresa em liquidação extrajudicial sucedida nos moldes dos arts. 10 e 448 da CLT. O sucessor responde pela obrigação do sucedido, não se beneficiando de qualquer privilégio a este destinado.



**409. Multa por litigância de má-fé. Recolhimento. Pressuposto recursal. Inexigibilidade.** *(Divulgada no DeJT 22/10/2010)*

O recolhimento do valor da multa imposta por litigância de má-fé, nos termos do art. 18 do CPC, não é pressuposto objetivo para interposição dos recursos de natureza trabalhista. Assim, resta inaplicável o art. 35 do CPC como fonte subsidiária, uma vez que, na Justiça do Trabalho, as custas estão reguladas pelo art. 789 da CLT.

**410. Repouso semanal remunerado. Concessão após o sétimo dia consecutivo de trabalho. Art. 7º, XV, da CF. Violação.** *(Divulgada no DeJT 22/10/2010)*

Viola o art. 7º, XV, da CF a concessão de repouso semanal remunerado após o sétimo dia consecutivo de trabalho, importando no seu pagamento em dobro.

**411. Sucessão trabalhista. Aquisição de empresa pertencente a grupo econômico. Responsabilidade solidária do sucessor por débitos trabalhistas de empresa não adquirida. Inexistência.** *(Divulgada no DeJT 22/10/2010)*

O sucessor não responde solidariamente por débitos trabalhistas de empresa não adquirida, integrante do mesmo grupo econômico da empresa sucedida, quando, à época, a empresa devedora direta era solvente ou idônea economicamente, ressalvada a hipótese de má fé ou fraude na sucessão.



**72. PETROBRAS. Domingos e feriados trabalhados. Regime de turnos ininterruptos de revezamento. Pagamento em dobro concedido por liberalidade do empregador. Incorporação ao contrato de trabalho. Supressão unilateral. Acordo coletivo posterior que valida a supressão. Retroação da norma coletiva. Impossibilidade. (DeJT 09/06/2010)**

O pagamento em dobro, concedido por liberalidade da empresa, dos domingos e feriados trabalhados de forma habitual pelo empregado da Petrobras submetido ao regime de turnos ininterruptos de revezamento não pode ser suprimido unilateralmente, pois é vantagem incorporada ao contrato de trabalho, nos termos do art. 468 da CLT. Assim, o acordo coletivo, posteriormente firmado, somente opera efeitos a partir da data de sua entrada em vigor, sendo incabível a utilização da norma coletiva para regular situação pretérita.

**73. Volkswagen do Brasil Ltda. Participação nos lucros e resultados. Pagamento mensal em decorrência de norma coletiva. Natureza indenizatória. (DeJT 09/06/2010)**

A despeito da vedação de pagamento em periodicidade inferior a um semestre civil ou mais de duas vezes no ano cível, disposta no art. 3º, § 2º, da Lei n.º 10.101, de 19.12.2000, o parcelamento em prestações mensais da participação nos lucros e resultados de janeiro de 1999 a abril de 2000, fixado no acordo coletivo celebrado entre o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e a Volkswagen do Brasil Ltda., não retira a natureza indenizatória da referida verba (art. 7º, XI, da CF), devendo prevalecer a diretriz constitucional que prestigia a autonomia privada coletiva (art. 7º, XXVI, da CF).

**74. Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Custas Processuais. Recolhimento. Isenção. Art. 15 da Lei nº 5.604, DE 02.09.1970. (DeJT 02/08/2010)**

A isenção tributária concedida pelo art. 15 da Lei n.º 5.604, de 02.09.1970, ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre compreende as custas processuais, por serem estas espécie do gênero tributo.

**75. Parcela “sexta parte”. Art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo. Extensão aos empregados de sociedade de economia mista e empresa pública. Indevida. (DeJT 02/08/2010)**

A parcela denominada “sexta parte”, instituída pelo art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo, é devida apenas aos servidores estaduais, celetistas e estatutários da Administração Pública direta, das fundações e das autarquias, conforme disposição contida no art. 124 da Constituição Estadual, não se

estendendo aos empregados de sociedade de economia mista e de empresa pública, integrantes da Administração Pública indireta, submetidas ao regime jurídico próprio das empresas privadas, nos termos do art. 173, § 1º, II, da Constituição Federal.

**76. Complementação de aposentadoria. Integralidade. Empregado do Estado de São Paulo admitido antes da Lei Estadual Nº 200, de 13.05.1974. Implementação do requisito relativo aos 30 anos de serviço efetivo. Incidência da Súmula Nº 288 do TST. (DeJT 16/09/2010)**

É assegurado o direito à percepção de complementação de aposentadoria integral ao ex-empregado do Estado de São Paulo que, admitido anteriormente ao advento da Lei Estadual n.º 200, de 13.05.1974, implementou 30 anos de serviço efetivo, ante a extensão das regras de complementação de aposentadoria previstas na Lei Estadual n.º 1.386, de 19.12.1951. Incidência da Súmula n.º 288 do TST.

**77. BNDES. Arts. 224 a 226 da CLT. Aplicável a seus empregados. (Nova redação em decorrência da conversão da Orientação Jurisprudencial nº 179 da SDI-1 no DeJT de 16/11/2010)**

Até o advento da Lei nº 10.556, de 13.11.2002, era aplicável aos empregados do BNDES a jornada de trabalho dos bancários prevista nos arts. 224 a 226 da CLT.

Código de Defesa do Consumidor, **285, 297, 321, 469**

Código Penal, **24**

Cofins,

- Isenção, **276**
- Incidência, **423**

Comissão de permanência, **30, 294, 296**

Compensação tributária, **212, 213, 464**

Competência

- crime, **48, 200**
- da União. Fixação de horário bancário, **19**
- EC nº 45/2004. Processos já sentenciados, **367**
- Juiz de Direito em matéria trabalhista, **10**
- Juiz Estadual investido de jurisdição federal, **3**
- Justiça do Trabalho, **97**
- Justiça Eleitoral, **374**
- Justiça Estadual, **4, 6, 15, 34, 38, 53, 57, 62, 73, 75, 90, 104, 107, 137, 140, 161, 172, 209, 218, 222, 224, 230, 254, 363, 366**
- Justiça Federal, **32, 66, 82, 91, 122, 147, 150, 165, 173, 208, 224, 254, 324, 349, 365**
- Justiça Militar, **47, 78, 90**
- Retificação de dados cadastrais na Justiça Eleitoral, **368**
- Superior Tribunal de Justiça, **41, 177, 236, 348**
- territorial, **206**
- Tribunal Regional do Trabalho, **180, 225**
- Tribunal Regional Federal, **3, 55**
- Turma Recursal, **376**

Compromisso de compra e venda de imóvel. Registro, **76, 84, 239**

Concordata

- cobrança de multa fiscal, **250**
- contrato de câmbio. Restituição da antecipação efetuada, **133**
- preventiva, **8, 264**
- restituição em caso de adiantamento de câmbio, **36**

Concurso público

- apresentação do diploma ou habilitação legal, **266**
- deficientes. Reserva de vagas, **377**

Condomínio

- Convenção, **260**

Conexão, **235**

Conflito de competência

- ente o Tribunal de Justiça e Tribunal de Alçada, **22**
- entre Juiz Federal e Juiz Estadual investido de jurisdição federal, **3**
- entre Juizado Especial Federal e Juízo Federal, **348, 428**
- entre juízes trabalhistas vinculados a Tribunais Regionais do Trabalho diversos, **236**
- na existência de sentença com trânsito em julgado, **59**
- na lide trabalhista, entre Juiz Estadual e Vara do Trabalho, **180**

Consórcio. Restituição de prestações pagas, **35**

## Constrangimento ilegal

- Instrução criminal. Excesso de prazo, **21, 52, 64**

## Contrato

- bancário, **381, 287, 288, 379, 285, 286**
- de abertura de crédito, **233, 258, 300, 322**
- de alienação fiduciária, **28, 284**
- de arrendamento mercantil. Caracterização, 263, **293**
- de câmbio. Restituição de adiantamento na falência, **307**
- de compra e venda a prestação, 263
- de mútuo, **26**
- posterior à Lei 8177/91. Taxa Referencial como indexador, **295**

Contravenção penal. Competência, **38**Contribuição sindical, **222**Contribuição social. Retenção, **425**

## Convenção

- coletiva não homologada pela Justiça do Trabalho, **57**
- de condomínio, **260**

## Cooperativas

- aplicações financeiras. Imposto de renda, **262**

## Correção monetária

- aplicável aos honorários advocatícios arbitrados, **14**
- crédito do IPI. Resistência ilegítima do Fisco, **411**
- créditos habilitados em concordata preventiva, **8**
- cumulação com comissão de permanência, **30**
- dano moral, **362**
- de débitos relativos a benefícios previdenciário, **148**
- depósitos judiciais, **271**
- desapropriação. Indenização, **67**
- dívida por ato ilícito, **43**
- incidente na repetição de indébito tributário, **162**
- incidente sobre crédito rural, **16**
- incidente sobre salários de contribuição, **456**
- no pagamento em juízo para elidir falência, **29**
- restituição, **35, 36**

## Crédito

- de natureza alimentícia. Preferência, **144**
- habilitado em concordata preventiva. Correção, **8**
- preferência. Protesto, **270**
- privilégio, **219, 307**
- rural, **298, 16**
- tributário, **212, 213, 112, 436, 437**

## Crime(s)

- cometido por militar contra civil com arma da Corporação, **47**
- comum cometido por policial militar, **90**
- conexos de competência federal e estadual. Julgamento unificado, **122**
- contra a fauna, 91
- contra funcionário público no exercício da função, **147**
- contra instituições militares estaduais, **53**

- de abuso de autoridade cometido por militar, **172**
- de contrabando ou descaminho, **151**
- de estelionato mediante cheque sem provisão de fundos, **244**
- de extorsão, **96**
- de falsa anotação na CTPS, **62**
- de falsificação e uso de documento falso, **104, 200**
- de falso testemunho, **165**
- de roubo. Intimidação com arma de brinquedo, **174**
- militar, **90**
- Policial militar que promove ou facilita fuga de preso, **75**

#### Cumulação de pedidos

- trabalhista e estatutário, **170**

#### Curador especial. Nomeação ao executado revel, **196**

#### Custas e emolumentos. Isenção, **178**

### D

#### Dano

- decorrente de publicação na imprensa. Responsabilidade, **221**
- material, **37**
- moral, **37, 281, 326, 385, 370, 402, 388, 387, 227**

#### Débito

- alimentar. Prisão do alimentante, **309**
- tributário, **446**

#### Decadência

- demora na citação, **106**

#### Deficientes. Visão monocular, **377**

#### Delito. Decorrente de acidente de trânsito, **6**

#### Denúncia

- espontânea. Não cabimento, **360**
- oferecimento pelo Ministério Público, **234**

#### Depósito

- judicial, **179, 271, 185**
- prévio, **175, 373**

#### Depositário judicial, **304, 305, 319**

#### Desapropriação

- atualização monetária, **67**
- direta, **141, 69, 70, 113**
- indireta, **69, 70, 114, 119**
- juro cabíveis, **12, 56, 408**

#### Deserção

- recolhimento das despesas de remessa e retorno de autos no recurso ao STJ, **187**

#### Desvio de função. Diferenças salariais. Servidor, **378**

#### Devedor

- solidário, **26**

## Direitos autorais

- interdito proibitório, **228**
- transmissão radiofônica de músicas em estabelecimentos comerciais/hoteleiros, **63, 261**

Disacusia, **44**

## Divergência

- entre julgado do mesmo Tribunal, **13**

Divórcio. Partilha de bens, **197**DPVAT, **426, 470**Drogaria. Responsável técnico, **120, 275, 413**Domicílio Fiscal. Mudança sem comunicação aos órgãos competentes, **435****E**

## Eleições

- processo eleitoral sindical, **4**

## Embargos

- à execução, **394**
- de arrematação. Apelação, **331**
- de declaração. Prequestionamento, **98**
- de divergência. Cabimento, **158, 168, 315, 316, 420**
- de terceiro, **84, 134, 195, 303**
- do devedor. Decisão do Juízo deprecante, **46**
- infringentes. Admissibilidade/cabimento, **88, 169, 207, 255, 390**
- protelatórios, **98**

Empresas administradoras de cartão de crédito, **283**

## Estacionamento

- reparação de dano ou furto de veículo, **130**

## Estabilidade

- militares, **346**

## Estelionato

- absorção do falso, **17**
- cheque sem provisão de fundos, **244**
- entidade autárquica da Previdência Social como vítima, **24**
- falsificação, **107, 48**
- utilização de papel moeda falsificado, **73**

## Execução

- competência do Juiz de Direito em matéria trabalhista, **10**
- contra instituição financeira. Penhora, **328**
- de penas impostas a sentenciados pela Justiça Federal, Militar ou Eleitoral, **192**
- de título extrajudicial. definitiva, **317**
- fiscal, **190, 414, 139, 153, 393, 189, 121, 128, 251, 58, 409, 314, 66, 314**
- fraude, **375**
- fundada em mais de um título extrajudicial, **27**
- hipotecária de crédito do SFH. Avisos de cobrança, **199**
- por carta, **46**



- por título extrajudicial contra a Fazenda Pública, **279**
- revelia. Nomeação de curador especial, **196**
- ordem de nomeação de bens. Dinheiro, **417**

#### *Ex officio*

- declaração de incompetência relativa, **33**
- extinção da ação. Pequeno valor, **452**
- recurso, **253, 45**
- reexame da condenação suportada pela Fazenda Pública, **325**

#### Exportação de café, **49**

#### Exportador

- direito de transferência de crédito do ICMS, **129**

## F

#### Falência

- ação. Prazo para interposição de recurso, **25**
- notificação do protesto, **361**
- pagamento em juízo, **29**
- pedido de, **248**
- restituição, **307, 36**

#### Falso

- exaurido no estelionato, **17**

#### Fazenda Pública

- antecipação de numerário para custeio de despesas na execução fiscal, **190**
- Certidão de dívida ativa (CDA), **392**
- devedora nas relações jurídicas de trato sucessivo. Prescrição, **85**
- execução por título extrajudicial, **279**
- honorário advocatícios, **345**
- honorários periciais. Depósito prévio, **232**
- prazo em dobro, **116**
- reexame necessário, **45, 325**
- substituição de bem penhorado, **406**

#### Férias

- não gozadas por necessidade de serviço, **125**
- proporcionais. Imposto de renda, **386**

#### FGTS

- ação de cobrança das contribuições. Prescrição, **210**
- aplicação Código Tributário Nacional, **353**
- correção monetária, **249, 459**
- correção. Planos econômicos, **252**
- expugos inflacionários, **445**
- falecimento do titular da conta. levantamento, **161**
- feitos relativos à movimentação. Competência, **82**
- optante. Direito à taxa progressiva de juros, **154**
- saque. Ausência de prévia aprovação em concurso público, **466**

#### Fiador, **214, 268**

#### Fiança, **81, 332**

#### Finsocial, **94**

## Foro competente

- ação de investigação de paternidade cumulada com a de alimentos, **1**
- ação de usucapião especial, **11**
- crime, **151, 244**

Furto. Qualificado, **442**

**G**

Garantia constitucional, **9**

GATT. País signatário. Importação de mercadorias, **20, 71**

**H**

*Habeas data*, **2**

Hipoteca, **308**

Honorários advocatícios, **14, 29, 105, 110, 111, 131, 141, 201, 303, 306, 345, 421**

Honorários periciais. Depósito prévio, **232**

Honorários sucumbenciais, **453**

Horário bancário. Fixação, **19**

**I**

## ICMS

- base de cálculo, **68, 80, 237, 49, 431, 457**
- fato gerador, **166, 163, 432**
- incidência, **135, 163, 350, 198, 155, 334, 152, 391, 395, 433**
- isenção, **20, 71, 87**
- redução de alíquota, **95**

## Imóvel

- ação de usucapião, **11**
- bem de família, **205**
- do casal. Penhora, **134**
- funcional administrado pelas Forças Armadas, **103**
- registro do compromisso de compra e venda, **76**

## Importação

- de aeronave por pessoa física para uso próprio, **155**
- de mercadorias de países signatários do GATT, da ALALC ou ALADI, **124**
- de veículo por pessoa física para uso próprio. ICMS, **198**

## Imposto

- de renda, **262, 386, 184, 125, 136, 215, 447, 463**
- sobre operações financeiras. Incidência nos depósitos judiciais, **185**
- sobre produtos industrializados ou de importação. Redução de alíquota, **95**

## Imprensa

- responsabilidade por danos decorrentes das publicações, **221**

Mandado de prisão, **267**

Marca comercial

- ação de perdas e danos pelo uso, **143**
- ação para abstenção de uso, **142**

Massa falida, **219, 400**

Meação. Cônjuge, **134, 251**

Menor

- competência. Ações conexas de interesse de, **383**
- infrator. Regressão da medida sócio-educativa, **265**
- réu. Comprovação da menoridade, **74**

Mensalidade escolar, **34**

Microempresa de representação comercial. Isenção de imposto de renda, **184**

Ministério Público

- intervenção nas execuções fiscais, **189**
- legitimidade de parte (ação de acidente do trabalho, ação civil pública), **226, 329**
- oferecimento de denúncia, **234**
- participação na fase investigatória criminal, **234**
- prazo em dobro, **116**
- processos em que oficiou como fiscal da lei. Recurso, **99**

Mora

- comprovação, **72**
- constituição, **76, 369**

Multa

- de trânsito. Não notificação do condutor, **127**
- de trânsito. Discussão judicial do débito, **434**
- fiscal. Cobrança de empresa em concordata, **250**
- moratória. Incidência nos contratos bancários
- pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, **410**
- por infração ambiental, **467**

Músicas em estabelecimentos comerciais/hoteleiros. Direitos autorais, **63, 261**

## N

Negativação em bancos de dados e cadastros, **404**

Nota promissória, **258**

Notificação

- comprovação da mora nas dívidas garantidas por alienação fiduciária, **245**

## O

Obrigação cambial

- assumida por procurador do mutuário vinculado ao mutuante, **60**

Órgão Gestor de Mão-de-obra, **230**

**P**

## Pagamento

- em juízo para elidir falência, **29**

## Papel moeda

- falsificação, **73**

Partilha de bens no divórcio, **197**

## Paternidade

- investigação de, **277, 301**

## Pauta de julgamento

- prazo de publicação, **117**

## Pena(s)

- igual ou inferior a **4** anos. Regime semi-aberto, **269**
- impostas a sentenciados pela Justiça Federal, Militar ou Eleitoral. Execução, **192**
- mínimas superiores a dois anos de reclusão. Fiança incabível, **81**
- pena-base, **440, 444**
- privativas de liberdade e pecuniária. Cumulação, **171**
- redução abaixo do mínimo legal, **231**

## Penhora

- de bem de família, **205, 449**
- de sede do estabelecimento comercial, **451**
- em imóvel do casal, **134**

## Pensão

- alimentícia. Cancelamento, **358**
- em ação de indenização, **313**
- previdenciária por morte, **336, 340, 416**

## Perdão judicial

- extinção da punibilidade, **18**

Pesquisa mineral. Avaliação da indenização devida ao proprietário do solo, **238**

## PIS/PASEP

- ações relativas às contribuições. Pólo passivo, **77**
- base de cálculo, **68, 468**
- falecimento do titular da conta. Levantamento, **161**

## Plano de saúde

- limitação do tempo de internação, **302**

## Polícia Militar

- crime comum. Justiça competente, **90**
- crime de promover ou facilitar fuga de preso, **75**
- crime militar. Justiça competente, **90**
- delito decorrente de acidente de trânsito envolvendo viatura, **6**

## Policial de Corporação Estadual

- julgamento de delito. Competência, **78**

## Portuário

- trabalhador avulso, **230**

**Prazo**

- para interposição de recurso nas ações da Lei de Falências, **25**

**Precatório, 311, 461****Prefeito Municipal**

- desvio de verba sujeita a prestação de contas perante Órgão Federal, **208**
- desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal, **209**
- processo crime, **164**

**Prequestionamento, 98, 320****Prescrição**

- ação de cobrança de parcelas de complementação de aposentadoria, **291, 427**
- ação de desapropriação indireta, **119**
- ação de indenização do segurado em grupo, **101**
- ação de perdas e danos pelo uso de marca comercial, **143**
- ação de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto, **412**
- ação para exigir abstenção de uso de marca comercial, **142**
- da pretensão punitiva, **220**
- demora na citação, **106**
- FGTS, **210, 398**
- indenização por defeitos da obra de construção, **194**
- indenização por responsabilidade civil de sociedade de economia mista, **39**
- interrupção pela pronúncia, **191**
- marco inicial, **278**
- penal. Aplicação nas medidas sócio-educativas, **338**
- quinquenal intercorrente na execução fiscal, **314**
- relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública é devedora, **85**
- suspensão, **229, 415**

**Previdência privada**

- ação de cobrança de parcelas, **291**
- Código de Defesa do Consumidor, **321**
- restituição de parcelas, **289, 290**

**Previdência Social**

- benefício acidentário. Cálculo, **159**
- benefício previdenciário único, **146**
- comprovação da atividade rurícola para obtenção de benefício, **149**
- concessão de benefício, **44**
- contribuição do corretor de seguros, **458**
- contribuição do trabalhador rural, **272**
- débitos relativos a benefício previdenciário. Correção, **148**
- débitos. Cancelamento, **65**
- falsificação das guias de recolhimento das contribuições, **107**
- incidência de juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários, **204**
- vítima de crime de estelionato, **24**

**Prisão**

- administrativa, **280**
- constrangimento ilegal, **21**
- do alimentante quando em débito alimentar, **309**
- do depositário judicial, **304, 305, 419**

- provisória, **9**
- regime semi-aberto, **269**
- saída temporária e trabalho externo, **40**
- tempo de execução da pena, **341**

#### Processo

- administrativo, **312, 343**
- conexão, **235**
- expropriatório. Suspensão, **354**
- extinção, **240**

#### Procuração, **115**

#### Procuradoria da Fazenda Nacional

- execução fiscal para cobrança de ITR, **139**

#### Programa de Incentivo à demissão voluntária

- incidência de imposto de renda, **215**

#### Protocolo integrado, **256**

#### Prova

- exame criminológico, **439**
- produção antecipada, **455**
- reexame, **7**
- testemunhal. Validade, **149**

#### Punibilidade

- extinção, **18, 438**

## R

#### Reconvenção. Ação monitória, **292**

#### Recurso

- inadmissibilidade. Art. **557** do CPC, **253**
- para o Superior Tribunal de Justiça. Deserção, **187**
- para o Superior Tribunal de Justiça. Tempestividade, **216**
- prazo para interposição, **25**

#### Recurso especial

- cabimento/admissibilidade, **5, 7, 13, 83, 86, 123, 126, 203, 207, 211, 418**

#### Refis. Notificação, validade, **355**

#### Reintegração

- em cargo público federal, **173**

#### Reincidência penal, **241**

#### Repetição do indébito

- juros moratórios, **188**
- prova do erro, **322**

#### Responsabilidade

- civil, **39**
- extracontratual. Juros moratórios, **54**
- solidária. Sócio-gerente, **430**

#### Réu

- constrangimento ilegal, **21**
- menor. Comprovação por documento hábil, **74**
- recurso de apelação, **347**

**Revelia**

- do executado. Nomeação de curador especial, **196**

**Roubo. Circunstanciado, 443****Rural**

- comprovação da atividade, **149**
- contribuição previdenciária, **272**
- contribuição sindical, **396**

**S****Salário de contribuição. Auxílio-creche, 310****Salário-mínimo. Fixação de honorários advocatícios, 201****Seguro**

- aquisição de mais de um imóvel pelo Sistema Financeiro de Habitação
- de acidente do trabalho, **351**
- de vida. Cobertura, **61**
- obrigatório, **246, 257**
- pedido de pagamento de indenização à seguradora, **229, 465**

**Sentença**

- concessiva de perdão judicial, **18**
- ilíquida. Vício, **318**

**Serviço de proteção ao crédito, 323, 359****Servidor público**

- estadual. Direitos e vantagens estatutárias no exercício de cargo em comissão, **218**
- municipal. Direitos relativos ao vínculo estatutário, **137**
- posse. Apresentação de diploma ou habilitação legal, **266**
- reintegração em cargo público federal, **173**
- vantagens trabalhistas anteriores ao Regime Jurídico Único, **97**

**SIMPLES, 448****Sindicato**

- processo eleitoral, **4**

**Síndico da massa falida**

- arrecadação do bem, **305**
- remuneração, **219**

**Sistema Financeiro de Habitação (SFH), 31, 422, 450, 454****Sociedade Anônima. Ação de exibição de documentos. Requisitos, 389****Sociedades civis de prestação de serviços profissionais. Isenção de Cofins, 276****Sociedade de economia mista**

- indenização por responsabilidade civil, **39**
- parte em causas cíveis. Competência, **42**

**Sucessão, 327****Sucumbência, 306, 326, 462**

Suicídio, **61**

Superior Tribunal de Justiça. Competência, **177, 236**

Suspensão do processo, **243, 337, 354**

## T

Tarifa portuária, **50**

Tarifa de água. Cobrança por categoria de usuário e faixas de consumo, **407**

Taxa de melhoramento dos portos, **80, 124**

Telefonia. Valor patrimonial da ação, **371**

Tempo de serviço para fins previdenciários, **242**

Terceiro de boa-fé

- alienação fiduciária, **92**

Testemunha

- comprovação da atividade rurícola, **149**

Título de crédito

- vinculado a contrato de mútuo. Avalista, **26**

Título extrajudicial, **27**

Transporte

- danos ao transportado, **145**

Tribunal Regional do Trabalho. Competência, **180, 225**

Tribunal Regional Federal. Competência, **3, 55**

## U

União

- ação de usucapião especial. Foro competente, **11**
- competência da fixação de horário bancário, **19**
- interesse jurídico no processo, **150**
- sucessora da RFFSA, **365**

Usucapião

- ação. Foro competente, **11**
- aquisição de direito de uso de linha telefônica, **193**

## V

Vara do Trabalho. Instalação, **10**

Veículo

- alienado. Dano resultante de acidente. Responsabilidade, **132**
- dano ou furto ocorrido em estacionamento, **130**
- importação por pessoa física para uso próprio. ICMS, **198**
- renovação de licença, **127**



**455 - A decisão que determina a produção antecipada de provas com base no art. 366 do CPP deve ser concretamente fundamentada, não a justificando unicamente o mero decurso do tempo. (DJe do STJ 08/09/2010)**

**456 - É incabível a correção monetária dos salários de contribuição considerados no cálculo do salário de benefício de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, pensão ou auxílio-reclusão concedidos antes da vigência da CF/1988. (DJe do STJ 08/09/2010)**

**457 - Os descontos incondicionais nas operações mercantis não se incluem na base de cálculo do ICMS. (DJe do STJ 08/09/2010)**

**458 - A contribuição previdenciária incide sobre a comissão paga ao corretor de seguros. (DJe do STJ 08/09/2010)**

**459 - A Taxa Referencial (TR) é o índice aplicável, a título de correção monetária, aos débitos com o FGTS recolhidos pelo empregador mas não repassados ao fundo. (DJe do STJ 08/09/2010)**

**460 - É incabível o mandado de segurança para convalidar a compensação tributária realizada pelo contribuinte. (DJe do STJ 08/09/2010)**

**461 - O contribuinte pode optar por receber, por meio de precatório ou por compensação, o indébito tributário certificado por sentença declaratória transitada em julgado. (DJe do STJ 08/09/2010)**

**462 - Nas ações em que representa o FGTS, a CEF, quando sucumbente, não está isenta de reembolsar as custas antecipadas pela parte vencedora. (DJe do STJ 08/09/2010)**

**463 - Incide imposto de renda sobre os valores percebidos a título de indenização por horas extraordinárias trabalhadas, ainda que decorrentes de acordo coletivo. (DJe do STJ 08/09/2010)**

**464 - A regra de imputação de pagamentos estabelecida no art. 354 do Código Civil não se aplica às hipóteses de compensação tributária. (DJe do STJ 08/09/2010)**

**465 - Ressalvada a hipótese de efetivo agravamento do risco, a seguradora não se exime do dever de indenizar em razão da transferência do veículo sem a sua prévia comunicação. (DJe do STJ 25/10/2010)**

**466 - O titular da conta vinculada ao FGTS tem o direito de sacar o saldo respectivo quando declarado nulo seu contrato de trabalho por ausência de prévia aprovação em concurso público. (DJe do STJ 25/10/2010)**

**467 - Prescreve em cinco anos, contados do término do processo administrativo, a pretensão da Administração Pública de promover a execução da multa por infração ambiental. (DJe do STJ 25/10/2010)**

**468 - A base de cálculo do PIS, até a edição da MP nº 1.212/1995, era o faturamento ocorrido no sexto mês anterior ao do fato gerador. (DJe do STJ 25/10/2010)**

**469 - Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde. (DJEletrônico 03/12/2010)**

**470 - O Ministério Público não tem legitimidade para pleitear, em ação civil pública, a indenização decorrente do DPVAT em benefício do segurado. (DJEletrônico 03/12/2010)**